

O SEGUNDO CICLO DE KONDRATIEV (1843-1896) E O
SEU LIAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS
UNIDOS NA GUERRA DO PARAGUAI

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Autor

Autor

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
– Campus do Pantanal - Brasil

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande
Dourados - UFGD - Brasil

roberto_mauro.78@hotmail.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Capítulo 1 - OS CICLOS ECONÔMICOS E A GUERRA DO PARAGUAI.....	8
1.1 AS “ONDAS K”	8
1.2 O IMPÉRIO DO BRASIL TAMBÉM CAPITANEOU SEUS CUSTOS DE GUERRA.....	12
1.3 A “INDÚSTRIA DE GUERRA” NORTE-AMERICANA E O CONFLITO PLATINO.....	17
1.4 O CENÁRIO PLATINO E SEUS LITÍGIOS: UM ENSEJO PARA A “POLÍTICA DE FRONTEIRA” NORTE-AMERICANA DURANTE O SÉCULO XIX	23
Capítulo 2 - MEU AMIGO É MEU INIMIGO: AS RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E GRÃ-BRETANHA NOS ANOS DE 1843-1863.....	37
2.1 O ÍNICIO DA EXPLICAÇÃO	37
2.2 O VASSALO PORTUGUÊS.....	39
2.3 É PREFERÍVEL SER AMADO OU TEMIDO?	42
Capítulo 3 - AS ANÁLISES DE CHIAVENATTO	46
3.1 EM BUSCA DA VERDADE.....	46
3.2 UMA BREVE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA.....	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

Roberto Mauro da Silva Fernandes

A Guerra do Paraguai foi um dos eventos mais sangrentos da história da América do Sul, mas inúmeros relatos sobre essa conjuntura foram realizados com um viés deliberadamente ideológico, com imparcialidades que tentam apontar alguns culpados, sem levar em consideração a colaboração de uma série de fatores que estavam circunscritos ao contexto que originou o conflito.

Assim, a nossa intenção é dar uma contribuição no sentido de tentar desconstruir algumas narrativas que “satanizaram” o conflito platino como uma conjuntura militar na qual estavam envolvidos “mocinhos” e “bandidos”. Fazemos alusão aos discursos que estigmatizou a Grã-Bretanha como grande idealizadora de uma guerra “contra” o Paraguai, aquela que possuía um inexorável interesse em destruir o Estado Paraguaio, supostamente, pois o último estava se transformando numa séria “ameaça” ao sistema de poder britânico na América do Sul.

Veremos que a deflagração do conflito platino não se deu exatamente por esse motivo, outras questões no século XIX contribuíram para a sua eclosão. A concorrência comercial entre o governo Imperial brasileiro e o Estado Paraguaio, as disputas políticas internas na Bacia Platina pelo controle da região, a conjuntura econômica mundial no século XIX, a indústria de guerra norte-americana, assim como, a expansão política e militar dos Estados Unidos pelas Américas, foram alguns dos fatores preponderantes para que a Guerra do Paraguai fosse desencadeada.

Não faremos uma abordagem cronológica dos eventos que fizeram parte do conflito, ou seja, não iremos descrever os fatos que desenharam a Guerra do Paraguai, analisaremos alguns fatores que foram importantes para a sua deflagração, como também, apresentaremos algumas hipóteses que demonstram que os britânicos não foram os grandes culpados pela eclosão da Guerra do Paraguai.

Dessa forma, primeiramente contextualizaremos a relação dos Ciclos sistêmicos da economia mundial com os Ciclos de guerra, fazendo uma inserção desses processos à economia e a política da América do Sul no

século XIX. Para sermos mais específicos, faremos uma análise dos Ciclos Longos de Kondratieff, na sua segunda “Onda K” (1843-1896), período que se caracterizou por um processo de ascensão econômica mundial de 1843 a 1864 e por uma fase de baixa entre 1864 e 1896.

Assim, poderemos verificar até que ponto esses ciclos de flutuações econômicas influenciaram o desenrolar do conflito que envolveu o Império do Brasil, os demais Estados Platinos, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Adiantamos que os processos econômicos são importantes para se entender a Guerra do Paraguai e qualquer processo conjuntural que leve a uma reviravolta na ordem política, social, infra-estrutural, geopolítica, etc., de âmbito local, regional ou global. Não que os mesmos sejam os principais condicionantes para entendermos determinadas transformações sociais, políticas, culturais, mas, tais processos contribuem para o engendramento das territorializações de determinados grupos, sobretudo, naquelas relacionadas às políticas de Estado.

O recorte que fizemos, a partir de algumas questões relacionadas ao segundo Ciclo longo de Kondratieff (1843-1896), é importante para entendermos porque os processos econômicos contribuíram para a eclosão da Guerra do Paraguai. O expansionismo do Brasil na Bacia Platina, a livre navegação do rio Paraguai, o projeto de Solano Lopez em busca de um “Paraguai Forte”, a Doutrina Monroe, etc., são algumas das significativas questões que estão correlacionadas ao processo econômico circunscrito àquela América do Sul do século XIX.

Propomo-nos analisar algumas nuances dessa relação ciclo econômico/militar, para tentarmos demonstrar que no ano de 1864 (a Guerra do Paraguai iniciou-se em dezembro desse ano), início de um período de baixa na economia mundial, o interessado em um conflito no coração da América do Sul, não era o governo britânico, mas sim os Estados Unidos. Seus interesses na Bacia Platina e no continente sul-americano estavam circunscritos a sua crescente “indústria de guerra” (Guerra do Paraguai que foi um excelente mercado para os produtos bélicos norte-americanos) e as suas pretensões geopolíticas.

Não estamos afirmando que os Estados Unidos (ou determinados setores desse Estado) tenham provocado o conflito, mas fizeram uso das

construções existentes entre os Estados platinos, na intenção de obterem vantagens econômicas e políticas no continente sul-americano. Esta hipótese pode ser explicável pelo fato do Estado estadunidense estar inserido numa “Ordem Internacional” (como os outros Estados que participaram da Guerra do Paraguai também estavam), caracterizada por um sistema de relações entre Estados que se articulavam (e ainda se articulam) para a manutenção de suas sobrevivências, seja em termos econômicos, políticos, sociais e, eventualmente, militares (ALBUQUERQUE, 2007, p. 37).

Além da hipótese que insinua a participação e o interesse norte-americano na Guerra do Paraguai (que está inserida no processo de movimentação de alguns setores dos Estados, devido às tendências de flutuação econômica que ensejam mecanismos para o acúmulo de capitais, recondicionando os sistemas de liderança de uma determinada “Ordem Internacional”), faremos uma análise, em um segundo momento, das relações entre o governo Imperial brasileiro e o governo britânico durante o período pré-Guerra do Paraguai.

Entre os anos de 1843 e 1863 o Império do Brasil e a Grã-Bretanha viveram momentos conturbados, sobretudo, em relação aos seus laços políticos e econômicos (principalmente em consequência dos assuntos que giravam em torno do tráfico negreiro). Existiam grandes antagonismos entre os dois Estados, o Brasil confrontava um sistema capitalista industrial liderado pelos britânicos (em plena *Pax Britânica*). A economia brasileira estava pautada pela economia agrária voltada para exportação, característica que respaldou mecanismos de manutenção da mão-de-obra escrava. Um contexto que divergia em absoluto às pretensões britânicas, que prescindiam de mercados consumidores monetarizados, com uma maioria populacional que pudesse adquirir seus produtos (que não era o caso do Brasil).

Dessa forma, o choque entre um Brasil, que além, da necessidade econômica, mantinha o trabalho escravo por questões de status social, e a maior potência do mundo no século XIX (Grã-Bretanha), que exigia o fim da escravidão e do tráfico de escravos, (retórica que estava relacionada às suas necessidades políticas e econômicas, fundamentais para a manutenção da sua hegemonia na América Latina e no mundo) seria inevitável. O desfecho desta

conjuntura é o rompimento diplomático entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha no ano de 1863 (um ano antes do início da Guerra do Paraguai).

Assim, até que ponto existem “verdades” no discurso de que a Grã-Bretanha capitaneou o Império do Brasil, no intuito de destruir o Paraguai de Solano Lopez? Ambos não estavam com relações rompidas? Adiantamos que era quase impossível um acordo governamental entre as duas nações com esse objetivo no período que antecedeu o conflito.

Em conseqüência dessas e outras indagações, no último capítulo desse livro fizemos algumas observações a análise historiográfica de Júlio José Chiavenatto, o idealizador das famosas elucubrações que deram origem as tendências discursivas nas quais o Paraguai foi destruído porque a Grã-Bretanha patrocinou o Brasil e a Tríplice Aliança (além do Estado brasileiro, pertenciam a mesma a Confederação Argentina e o Uruguai), visto a suposta ameaça que a nação guarani, já naquela época, poderia causar ao sistema de poder britânico. “O Genocídio Americano”, como esse autor denominou a Guerra do Paraguai, não foi originada, exatamente como o mesmo narrou.

Assim, o objetivo maior dessa discussão é contribuir com um possível esclarecimento de alguns fatos que deram origem a Guerra do Paraguai, sobretudo, pois o continente sul-americano atualmente passa por um processo integracionista, no qual os Estados envolvidos tentam proporcionar ações de reciprocidades. O estreitamento das relações estatais na América do Sul não pode ficar somente no campo político e/ou econômico, para que esse processo seja profícuo, é preciso, acima de tudo, que os povos conheçam a sua e a história dos seus pares.

Capítulo 1 - OS CICLOS ECONÔMICOS E A GUERRA DO PARAGUAI

Roberto Mauro da Silva Fernandes

1.1 AS “ONDAS K”

Segundo Fortunato Pastore o ciclo econômico “pode ser definido, simplesmente, como um período flutuante e alternado de expansão e retração da atividade econômica como um todo, de um país ou de um conjunto de países” (PASTORE 2007, p.108).

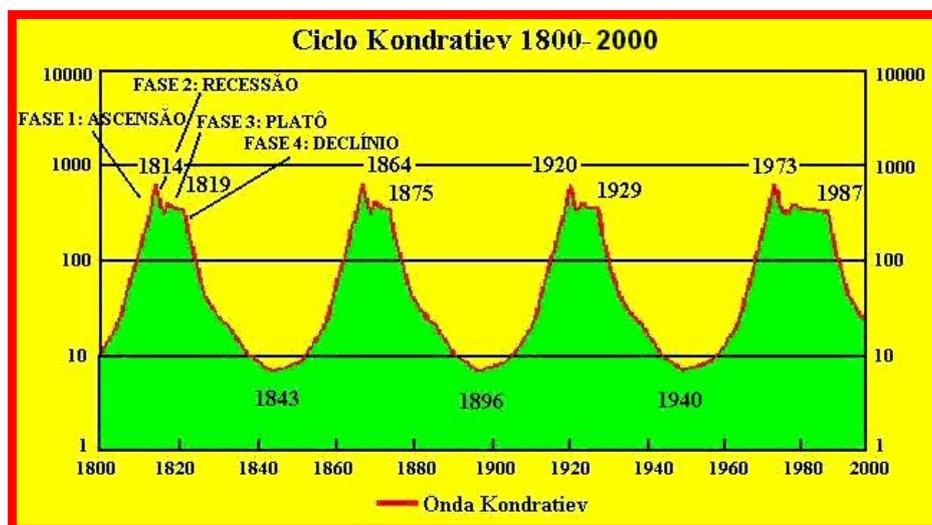
Esses ciclos sistêmicos podem apresentar seis fases distintas: depressão absoluta, recuperação econômica, atividade econômica, com os índices atingindo o seu ponto mais elevado, de estagnação e equilíbrio aparente e breve, de crise, seguida pela contração, a depressão (PASTORE, 2007, p.109).

De acordo com as análises de Pastore (2007), existem dois tipos de ciclos econômicos, os de curta e os de longa duração:

Os de curta duração, também conhecidos como Movimentos Breves possuem, basicamente, três dimensões temporais. A menor, de quarenta meses (entre três e quatro anos), conhecida como Ciclo dos Estoques ou Kitchin (do economista Joseph Kitchin. Os ciclos levam o nome do economista que o estudou primeiro ou o fez de forma mais detalhada); a segunda, com uma duração maior, em torno dos oito ou nove anos, chamada de Ciclo Juglar. De Clément Juglar, o economista francês (médico de profissão) que fez fortuna na Bolsa de Valores ao aplicar os seus conhecimentos no mercado de ações (análise ex-ante!). E, por fim, o Ciclo Labrousse, com média de onze anos. [...] Três também são os ciclos de longa duração: o Kuznets (de Simon Smith Kuznets, economista norte-americano, de origem russa), um duplo Juglar, isto é, uns vinte anos; o Kondratieff (Nikolai Dmitrievitch Kondratieff, 1892-1930, economista e estatístico russo), em torno de meio século, e o Ciclo Secular ou Tendência Secular (Trend, em inglês) (PASTORE, 2007, p.109/110).

Pastore (2007, p.110) direciona suas análises desses ciclos sistêmicos da economia com os ciclos de guerras, com base no Ciclo Kondratieff (Figura 1), que se caracteriza como um ciclo de meio século, ou seja, um dos de longa duração.

Figura 1 – As Quatro Ondas K do Ciclo Kondratieff (Séculos XIX e XX).



Fonte: PASTORE, (2007, p. 126).

O ciclo Kondratieff possui quatro “Ondas K” (referência aos ciclos longos de retração e ascensão da economia), nas quais podemos identificar processos de alternância na hegemonia econômica e política mundial, ensejadas pelas mudanças tecnológicas no decorrer de todo século XIX e XX. Processos que fundamentaram as atividades bélicas ao longo desses dois séculos, e que inclui o conflito na Bacia Platina:

Na primeira Onda K tivemos, sob a liderança da Inglaterra, as invenções ligadas à máquina a vapor e a indústria têxtil, características da Primeira Revolução Industrial; na segunda houve a expansão ferroviária e siderúrgica, típica da Segunda Revolução Industrial, que promoveu a incorporação da Europa Ocidental e dos EUA no processo de desenvolvimento econômico acelerado. O uso do petróleo e da energia elétrica em larga escala, em associação com as indústrias ligadas ao motor a explosão, deram a liderança aos EUA na terceira onda. Estes continuaram liderando na quarta onda, mas perderam espaço para Alemanha e Japão, nos novos ramos econômicos como microeletrônica, química fina e biotecnológica (PASTORE, 2007, p.115/116).

Dessa forma, o Ciclo de Kondratieff apresenta os momentos de retração e ascensão da economia mundial, fato que implica, teoricamente afirmando, que os determinantes políticos, econômicos e tecnológicos, coincidem com as fases A e B da economia mundial, “fase A, de expansão e crescimento; e fase B, de crise e depressão” (PASTORE, 2007, p.109).

As “Ondas K” vão nos ajudar a situar a Guerra do Paraguai na conjuntura sistêmica na qual o mundo encontrava-se, como também, serão

úteis para verificarmos a origem dos eventos que circunscrevem a participação dos sujeitos internos e externos à Bacia Platina, seja na esfera econômica e/ou militar.

Obviamente que os Ciclos Kondratieff são a representação teórica do ritmo básico da história econômica do mundo desde os fins do século XVIII, não existem por si somente. Assim, as “Ondas K” são o resultado do desencadeamento das conjunturas protagonizadas por fatores exógenos e endógenos e que estão relacionadas às pretensões e as investidas de alguns setores dos Estados. Assim, numa dessas sucessões de “ondas longas” se desenvolveu a Guerra do Paraguai.

O conflito platino como iremos verificar, desencadeou-se por uma série de motivos, entre eles:

- a) A crise comercial pela qual passava o Império do Brasil no início da década de sessenta do século XIX (que corroborou para a atração do capital britânico), fez do conflito um meio para se mitigar os efeitos da depressão econômica pela qual passava o Império;
- b) A Guerra do Paraguai, entre outras questões, contribuiu para a derrota de um concorrente direto do Império brasileiro. O Paraguai, que disputava com o Brasil o mercado de determinados produtos agrícolas, fato que deu maior liberdade para as ações comerciais brasileiras. Ressaltamos que, por outro lado, esse conflito beneficiou os bancos britânicos que emprestaram dinheiro a juro para os beligerantes;
- c) As disputas hegemônicas dos principais Estados da região, que vislumbravam o controle político e econômico da Bacia Platina e do continente. Por exemplo, a Confederação Argentina, sob o comando de Buenos Aires, e o Estado Paraguai tinham pretensões de fundarem confederações Bioceânicas, objetivos divergentes aos interesses do Império brasileiro, que na metade do século XIX, protagonizou uma política expansionista pelo continente, aos moldes da Coroa Portuguesa;

- d) As pretensões expansionistas norte-americanas sobre a América do Sul (preconizadas pela Doutrina Monroe), materializadas com a contribuição dos sujeitos internos do continente sul-americano, devido aos seus interesses;
- e) A consolidação da indústria bélica norte-americana, que criou um sistema tecnológico de armamentos que nenhuma nação do mundo ocidental possuía. Fato que a credenciou na venda de equipamentos militares, e que gerava margem para a participação direta dos Estados Unidos em conflitos.

Esses fatores são concomitantes a segunda “Onda K”, delimitado entre 1843 a 1864(fase A) e 1864 a 1896 (fase B). A primeira fase corresponde ao período de ascensão da economia mundial, no qual o processo expansionista dos Estados Unidos pela América Central, Caribe e Pacífico estava a todo vapor, em que os mesmos desenvolvem o “sistema norte-americano de armamentos”, resultado de sua eficiente indústria bélica.

Também nessa fase de ascensão da economia mundial, os Estados sul-americanos passavam por um estágio de intensificação de suas celeumas, sobretudo, àquelas relacionadas às disputas territoriais (demarcação de limites), ao controle das principais vias de comunicação e ao comércio de determinados produtos para mercados internos e externos. A segunda fase, está relacionada a uma fase de declínio da economia mundo, que culminou em 1896 e foi de extrema importância para a mudança da hegemonia mundial da Grã-Bretanha para os Estados Unidos.

Acreditamos que as conjunturas econômicas da primeira fase dessa “Onda K” contribuíram para eclosão da Guerra do Paraguai, principalmente, pois possibilitou as condições favoráveis de acumulação de capitais, que as fases de ascensão econômica propiciam. Redesenhando as estruturas do setor político e econômico do mundo ocidental no século XIX, ensejando as bases para o desenrolar de alguns acontecimentos importantes para a história no início do século XX (A Primeira e a Segunda Guerra Mundial).

As “Ondas K” são importantes em dois planos: no primeiro para situarmos o conflito platino num determinado momento da história econômica do mundo, até porque, como veremos no decorrer desse capítulo, as questões

econômicas sempre estiveram relacionadas ao plano militar em fases de ascensão e declínio, seja num plano regional ou mundial. Num segundo, porque no contexto metodológico explicativo, as perspectivas cíclicas longas da economia facilitam a contextualização dos eventos que condicionaram a Guerra do Paraguai.

1.2 O IMPÉRIO DO BRASIL TAMBÉM CAPITANEOU SEUS CUSTOS DE GUERRA

O ano de 1864 coincide com o fim da fase de ascensão (fase A) da economia mundial e o início da fase de recessão da mesma, como também, é no final deste mesmo ano que se inicia a Guerra do Paraguai, que se passou por inteiro em um período de baixa da economia. Este último período da economia mundial refletiu diretamente na economia do Império brasileiro.

Segundo Guimarães (2007, p.02), o principal centro econômico do Império, a cidade do Rio de Janeiro, passava por uma crise comercial e bancária em 1864, que ficou conhecida como a “Crise do Souto”, nome que se deu em consequência da falência da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituindo-se no ápice de uma situação de crise, na qual vivia a Praça Comercial da cidade desde 1860.

A “Crise do Souto” teve repercussão um número de 95 falências no período de setembro de 1864 a março de 1865, e estava relacionada a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo Imperial desde a promulgação da Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, conhecida como a Lei dos Entraves (GUIMARÃES, 2007 p.03). Uma consequência direta do processo de declínio na economia mundial, coincidindo com um dos ciclos de depressão no século XIX, entre os anos 1864 a 1896 (PASTORE, 2007, P.111).

O fato é que esta conjuntura interna que se estabeleceu no Brasil, fez com que sociedades bancárias, casas bancárias, casas de comércio recorressem ao Banco do Brasil, com redescontos e cauções para dar conta de seus depósitos. Com a eclosão da Guerra do Paraguai o governo imperial teve de tomar medidas para preservar a moeda metálica e fazer frente aos inúmeros gastos com as importações, já que em períodos de crise o ouro era a única moeda aceita neste tipo de situação, encontrando como solução a aprovação

da Lei n.º 1.349, de 12 de setembro de 1866, que além transferir o poder emissor do Banco do Brasil para o Tesouro Nacional, estabeleceu uma nova carteira hipotecária e restringiu o direito de nomeação do presidente e vice-presidente do banco pelo governo, o que significou uma maior independência do Banco do Brasil com relação ao intervencionismo do governo (GUIMARÃES, 2007, P.03).

O governo tornou-se, assim, o principal agente do crédito interno, através do mecanismo de inflação e compra; ao mesmo tempo em que aumentava os impostos, recolhia ouro através de recursos sistemáticos do lançamento de títulos públicos. Dessa forma, a partir dessa observação, pode-se dizer que a Guerra do Paraguai teve como principais fontes de financiamento os empréstimos externos e internos (ex: Banco do Brasil), contribuições provinciais e a cobrança de impostos.

Conjuntura que contribui para se duvidar do que foi demonstrado por Júlio José Chiavenatto, que afirmara que a Grã-Bretanha, através dos Rothschilds, com empréstimos no período de 1825 a 1865, teria armado o Brasil para destruir o Paraguai (CHIAVENATTO, 1969, p.82/83).

Em consonância com Guimarães (2007), vamos verificar as principais fontes de arrecadamento do Império do Brasil nos períodos que antecederam o conflito e durante o mesmo:

No tocante aos empréstimos tivemos um “empréstimo externo, realizado em 1865, no valor de £ 6.693.000, ao tipo 74, que propiciou o líquido de £ 5.000.000 (cerca de 49 mil contos), com juros de 5% e 30 anos de prazo; empréstimo interno de 27 mil contos, além da emissão de letras do Tesouro (a 6% ao ano), no valor de 171 mil contos no decorrer da guerra; e o restante, cerca de 120 mil contos, em emissões de papel moeda. [...] Com relação aos impostos, além da cobrança em ouro de 15% dos impostos de exportação e importação, a partir de 1867, houve um aumento das contribuições provinciais [...] essa última fonte de receita foi a que acusou maior crescimento, passando de 15% para 25% da receita total arrecada entre 1864 e 1869 (GUIMARÃES, 2007, p.03/04).

A tabela nº 1 contribui para uma melhor visualização dos números concernentes a arrecadação do governo Imperial brasileiro:

Tabela nº 1 - Financiamento brasileiros na Guerra do Paraguai

Ano	Direitos Aduaneiros	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial	Outros Tributos	Receita Total
1864/65	5,9	1,7	1,6	0,4	9,6

1865/66	4,7	1,6	1,3	0,4	8,0
1866/67	4,7	1,4	1,5	0,2	7,8
1867/68	4,1	1,8	2,0	0,1	8,0
1868/69	4,4	1,9	1,9	0,5	8,7
1869/70	5,3	1,8	2,3	0,1	9,5

Fonte: GUIMARÃES, (2007, p.05).

As observações de Carlos Gabriel Guimarães convergem com o posicionamento de Moniz Bandeira acerca das questões que envolvem os Rothschilds como supostos patrocinadores da Guerra do Paraguai. Bandeira (1985, p.14), assegura que o Brasil não articulou a Tríplice Aliança nem moveu a Guerra do Paraguai como instrumento da Grã-Bretanha, e nem a casa bancária de Rothschild tinham interesse na deflagração do conflito, sobretudo, porque já mantinham negócios com Solano e com Carlos López. Sobre a questão dos negócios da casa Rothschild com o Paraguai, Bandeira (1985), também afirma que:

Carlos Antônio Lopez tinha uma fé quase infantil na indústria britânica e seu filho, Francisco Lopes, não só estabeleceu vínculos profundos com a empresa J. & A.Blyth, que se tornou agente financeiro do Paraguai, prestando-lhe toda espécie de serviços e assistência até o bloqueio do Rio do Prata, como contratou a firma do banqueiro Nathanael M. Rothschild & Sons, também de Londres, para a colocação do tabaco na Europa. Os negócios realizaram-se, desde 1863 [...] (BANDEIRA, 1985, p.131).

É fato que a guerra acelerou a integração do Paraguai a economia capitalista, à medida que a Grã-Bretanha impunha a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas (a mesma encontrava-se na posição de mais importante centro econômico do mundo naquela época, o que explica as suas contundentes imposições aos demais Estados).

Mas, a integração do Paraguai ao sistema capitalista mundial, iniciada ao tempo de Carlos Antônio Lopez, completar-se-ia, no entanto, mais cedo ou mais tarde, em função das próprias exigências internas de acumulação de capital, sem a necessidade de uma guerra que destruiu seu mercado e suas forças produtivas (BANDEIRA, 1985, p. 131).

Isso significa que pensar em incentivos financeiros da casa Rothschild para destruir um dos seus clientes (Paraguai), seria um pouco incoerente, seria na realidade “um tiro no próprio pé” desses investidores Britânicos, sobretudo, porque efetuaria empréstimos ao Brasil para destruir o Paraguai, prejudicando

concomitantemente os negócios que já possuíam com o último desde o período em que Carlos Lopez era o presidente do país.

Logicamente, devemos deixar bem claro que era impossível ao Brasil, apesar das arrecadações internas de impostos, manter os esforços de guerra durante cinco anos sem os empréstimos da casa Rothschild e Baring Brothers ou de qualquer outra instituição financeira (BANDEIRA, 1985, p. 15). Não podemos nos esquecer que se tratava de instituições bancárias visando lucros, e nada mais do que viável para as mesmas, conceder empréstimos a juros.

Amado Luiz Cervo é categórico ao afirmar que a Guerra do Paraguai foi financiada com recursos do Tesouro brasileiro, que “repassou grandes empréstimos a Argentina, e com recursos de banqueiros ingleses, interessados apenas em transações rentáveis” (CERVO, 2008, p.123). Em relação aos empréstimos de banqueiros ingleses, esse autor ainda ressalta que tais transações financeiras aconteciam mesmo à revelia do governo britânico: “Este não teve responsabilidade alguma sobre a origem ou sobre o andamento das operações, nem contava aqui com ‘vassalos’, dispostos a executar seus desejos” (Idem).

Podemos perceber que as ações do governo brasileiro eram de caráter autônomo, pautando-se conforme seus interesses na região. Dessa forma, os empréstimos bancários realizados pelos Rothschilds a partir de 1864, foram oriundos de relações particulares dos últimos com o governo Imperial brasileiro, acordo que acontecia em detrimento ao governo Britânico, pois Brasil e Grã-Bretanha estavam com relações diplomáticas cortadas desde 1863 (CERVO, 2008, p.124).

O conflito tem na sua origem políticas autônomas de Estado, engendradas de acordo com os interesses daqueles que desejavam o controle político e econômica da região do Prata:

A guerra, desencadeou-a López, e sua condição foi sim, resultado da vontade de Estado, brasileira em primeiro lugar e argentina em segundo. Foi uma determinação do governo eliminar López, como fez com Rosas no passado (CERVO, 2008, p.123).

Esse fato é significativo, pois demonstra os interesses geopolíticos dos sujeitos internos do continente, que, diga-se de passagem, transitavam em duas esferas inexoravelmente sincréticas, a ideológica e econômica, que

aludiam as justificativas por parte das classes dominantes sul-americanas para a deflagração do conflito. Vamos recorrer mais uma vez a Amado Luiz Cervo:

Ideologicamente, a guerra no Prata podia-se justificar pelo lado do liberalismo, cuja implantação sobre a região sob a forma modernizadora não estava consumada. Pelo lado econômico, nada, entretanto, aconselhava seu desencadeamento, embora posteriormente, como é natural tenha se convertido em “grande negócio” (CERVO, 2008, p.117).

Acerca do fator econômico, o conflito não era aconselhável, como já verificamos, pois de uma forma ou de outra, a economia paraguaia seria inserida no contexto internacional, as exigências internas do mercado paraguaio levariam as atividades circunscritas a comercialização da erva-mate e do tabaco, destruir as bases econômicas desse Estado, visto que essas atividades eram uma herança do período colonial, que obtinham sucesso devido às condições de insulamento do Paraguai. Com a abertura desse país era necessário atender as injunções do mercado e dar ênfase a uma diversificação da produção (BANDEIRA, 1985, p.132). Isso seria feito naturalmente com as relações que o Paraguai, já algum tempo, estava tecendo com outros países, sem a necessidade de uma guerra.

Todavia, o conflito tornou-se um “grande negócio” por inúmeros fatores, dois são extrema relevância. A Guerra do Paraguai transformou-se num mercado ativo para a indústria bélica norte-americana que vendeu equipamentos militares para os envolvidos no conflito, sem exceção; e por outro lado, o Império Brasileiro destruiu o setor produtivo paraguaio. Economia paraguaia que se caracterizava como seu principal concorrente desde 1850, na produção e comércio da erva-mate, no plano regional, e do algodão, no mercado internacional (CERVO, 2008, p.117).

Não podemos negar as maléficas conseqüências para o Estado paraguaio, o conflito trouxera problemas significativos, entre eles: a morte da maioria de sua população masculina, a devastação do seu sistema produtivo e conseqüentemente, inúmeros flagelos sociais, como miséria e fome. O conflito também permitiu às nações vencedoras um forte controle político e econômico sobre esse Estado. Mas, não podemos culpar somente o “imperialismo britânico” ou o patrocínio das casas Rothschilds, como os principais responsáveis pela eclosão do conflito. Tais assertivas seriam meras desculpas para deixarem implícitas as pretensões dos grupos internos do continente sul-

americano que também contribuíram acintosamente para a deflagração da guerra.

Assim, o Império do Brasil possuía pretensões expansionistas, os empréstimos brasileiros realizados junto às casas bancárias dos Rothschilds estavam concomitantes aos seus ganhos internos, que também contribuíram para a manutenção do Estado brasileiro no conflito. Em relação ao Estado Paraguaio idem, havia uma ligação econômica deste com a Grã-Bretanha, assim, como existia, por parte desse Estado, o interesse por mercados regionais e internacionais.

Ressaltamos que a distorção nas análises históricas, nas quais os “malvados” britânicos capitanearam seu “perverso” escudeiro Brasil para destruir o Paraguai, deve ser repensada. Solano Lopez e os setores dominantes do seu Estado também possuíam interesses na Bacia Platina tanto quanto o Império do Brasil, Argentina e os sujeitos externos que atuavam na região. Todos, condicionados pela conjuntura internacional que incitava ações políticas e militares no continente sul-americano e que estavam relacionadas ao quadro sistêmico da economia mundial.

1.3 A “INDÚSTRIA DE GUERRA” NORTE-AMERICANA E O CONFLITO PLATINO

Uma questão extremamente importante a se abordar é fato do mundo, durante a segunda metade do século XIX, passar por uma fase em que a “industrialização de guerra” transformava o processo industrial, associando as atividades bélicas à atividade industrial produtora de bens, desde os meados da década de 1840 (ARRIGHI, 1996, p.78).

Para Arrighi (1996, p.78/79), a “industrialização de guerra” vai destruir a ordem mundial Britânica, esse processo de inovações tecnológicas vai ser de grande utilidade, por exemplo, na Guerra da Criméia (1854-1856), conflito internacional que fora um dos de grande intensidade e que, geralmente, acontecem no início das fases de alta da economia, na qual as grandes potências entram em choque em busca de novos mercados, matéria-prima, etc.. De acordo com Fortunato Pastore, “a cada onda K corresponde uma

grande guerra, mas em duas Ondas K consecutivas ocorrem uma grande guerra e uma super guerra” (PASTORE, 2007, p.117).

Sendo assim, em conflitos de alta ou de baixa intensidade, a reposição de equipamentos bélicos em curto período de tempo nos campos de batalha é de grande importância estratégica para a manutenção e ganho de posições.

Entre 1855 e 1870, os métodos artesanais das indústrias de armamento vão ser substituídos pelo “sistema de fabricação norte-americano”, inclusive os primeiros a importar os equipamentos norte-americanos neste período foram os Britânicos, e a partir de 1870 as demais potências européias faziam o mesmo. Exércitos inteiros puderam ser reequipados em questão de anos, ao invés de décadas, e essa aceleração, por si só, converteu-se num fator de inovações incessantes na criação de armas de baixo calibre (ARRIGHI, 1996, p.79). A “industrialização de guerra”, também, é importante para tentarmos desmistificar o envolvimento dos Britânicos como interessados na destruição do Paraguai.

Se entre as décadas de 50 e 70 um novo processo tecnológico surgia com os norte-americanos, e não com os Britânicos, que inclusive passaram a se utilizar dele, conflitos de baixa ou alta intensidade viriam a beneficiar os primeiros e não os últimos. Porque atestar isso?

As “Ondas K” demonstram que para cada fase de ascensão existe uma grande guerra correspondente. Constatou-se também que há aumento de preços no início da fase de ascensão precedendo a grande guerra (guerra de pico e global), o que potencializa este processo, gerando, por fim, uma onda inflacionária ainda maior. Para Pastore (2007):

[...] é somente na fase A, com o aumento do lucro, dos investimentos, da produção e da riqueza, que as nações podem ter melhores condições para armar, montar e equipar grandes e poderosas forças militares (PASTORE, 2007, p. 118).

Cria-se assim, espaço para se aumentar o preço de determinados produtos (alimento, combustíveis) e gerar divisas com os produtos industriais bélicos com o grande conflito, como também, contribui para mudanças na hegemonia global e de liderança mundial.

De acordo com Immanuel Wallerstein a Hegemonia global (Tabela nº 2) deu-se primeiramente com o Império Habsburgo, de 1450 a 1575, passando posteriormente aos Países Baixos (Holanda), no período de 1575-1672, a Grã-

Bretanha comandou o mundo de 1798 a 1897 e a partir de 1897, os Estados Unidos da América assumem a hegemonia mundial.

Tabela nº 2 - Ciclos de Hegemonia Global (Immanuel Wallerstein)

Potência Hegemônica	Período
Império Habsburgo	1450-1575
Países Baixos (Holanda)	1575-1672
Grã-Bretanha	1798-1897
Estados Unidos da América	1897-...

Fonte: PASTORE, F. (2007, p.119).

Modelski apresenta um ciclo de liderança mundial com os portugueses (1500 a 1580), um ciclo com os holandeses durante os primeiros quarenta anos do século XVII (1620 A 1660), dois ciclos de liderança mundial para a Grã-Bretanha (todo século XVIII e XIX) e nos anos de 1900 o ciclo norte americano. Em relação ao ciclo britânico, fora o único a ser repetido, ressalta Fortunato Pastore, “Somente a Grã-Bretanha conseguiu repetir o ciclo” (PASTORE, 2007, p.119/120).

O interessante é que a Grã-Bretanha, tanto na escola de George Modelski, quanto na de Immanuel Wallerstein, situava-se como o grande Estado hegemônico no período entre 1855 e 1870, mas não fora precursora e nem detinha nova tecnologia bélica nesse período (os norte-americanos possuíam tal tecnologia, e como vimos os britânicos importaram equipamentos dos mesmos nesse período).

Assim, esse fato nos leva a pensar: Para a Grã-Bretanha patrocinar um conflito na Bacia Platina, na qual tinha um grande mercado consumidor, significaria destruí-lo e principalmente fazer os produtos da indústria norte-americana de armamentos invadirem o cenário Platino, liderando a pauta das importações dos países que participavam da guerra, afinal era a indústria norte-americana que possuía a nova tecnologia militar.

Dessa forma, é imperativo destacar que os norte-americanos venderam armamentos durante o conflito tanto para o Brasil quanto para o Paraguai, e se realmente os britânicos tinham a intenção de um conflito na Bacia do Prata,

conseguiram (de alguma forma) gerar lucros para indústria norte-americana, ao invés das suas.

Estamos sendo irônicos, pois é inconcebível que tal processo pudesse ser possível, ao menos que as indústrias Britânicas tivessem uma tecnologia militar compatível ao da indústria estadunidense, possibilitando assim, uma ferrenha concorrência com seus produtos militares. Mas, mesmo que a hipótese fosse possível, além de destruírem o mercado interno platino e os seus negócios, abririam caminho para intervenções do governo dos Estados Unidos, que já há algum tempo tinha interesses na Bacia Platina.

Deixando um pouco de lado, as suposições, vamos para alguns fatos. Segundo Bandeira (1985, p.127) e Pereira (2007, p.186), os norte-americanos abasteceram o exército de Solano Lopez com esforços de guerra, equipamentos bélicos que chegavam ao Paraguai pelo território boliviano (durante a Guerra do Paraguai, o território boliviano ainda possuía saída para o mar, para o oceano Pacífico, perdida após o conflito com o Chile), visto o bloqueio empreendido pelo Império brasileiro nos rios da Bacia Platina aos paraguaios.

O Brasil também manteve estreitas relações com A indústria norte-americana em busca de equipamentos de guerra. Como afirma Castro (2007):

Foram comprados nos Estados Unidos 5.000 fuzis raiados de retrocarga, de um sistema praticamente desconhecido, os Roberts, bem como 2.000 clavinhas de cavalaria, de retrocarga e repetição, do sistema Spencer (CASTRO, 2007, p.09/10).

A “industrialização de guerra” que, segundo Giovanni Arrighi, ensejaria a destruição da hegemonia Britânica, permite-nos criar outra hipótese (logicamente levando em consideração as alterações na liderança mundial, absolutamente associadas às reviravoltas do sistema econômico mundial, referentes à segunda “Onda K” entre 1843 a 1896 e que leva a uma reviravolta política e econômica do planeta e da América latina), se havia um país interessado na Guerra do Paraguai, esse seria os Estados Unidos da América.

O Ciclo Kondratieff no período de 1864 a 1896 representa uma fase de baixa na economia mundial, e inserida neste ciclo se encontra a “Grande Depressão” (1873-1896), período que derrubou os rendimentos do capital, fazendo os lucros encolherem e as taxas de juros caírem, solapando as bases

industriais Britânicas, oportunizando assim o forte florescimento da “indústria de guerra”, esta que vai oportunizar aos norte-americanos, a partir de 1896, iniciarem o seu processo de liderança hegemônica mundial, consolidado antes da primeira guerra mundial (ARRIGHI, 1996, p74/76).

Todavia, queremos ressaltar que o possível interesse dos norte-americanos no conflito, não está relacionado à destruição do Paraguai por possuir um futuro econômico promissor, digno de ameaçar as potências econômicas no século XIX que ditavam o andamento político da América do Sul, mas sim, para manter suas posições geopolíticas na América do Sul e ganhar sobre a mesma um maior controle. Não podemos nos esquecer que o governo norte-americano estava em pleno processo de expansão militar, econômica e política pelas Américas.

Mesmo após 1864, um período de baixa na economia mundial, caracterizado por repressão e crise, os Estados Unidos estavam em condições de continuar seu processo expansionista vendendo os seus equipamentos bélicos, ou seja, atraindo divisas, e aproveitando o ensejo para se utilizar das conseqüências dos conflitos externos ao seu território.

Vamos abrir um parêntese para evidenciarmos o quanto as guerras de baixa intensidade podem ser vantajosas para os Estados, dependendo das conjunturas. De acordo com Pastore (2007), às guerras de baixas na economia (fase B), são caracterizadas como conflitos de baixa intensidade ou de curta duração, e mais:

Estas guerras de baixa normalmente são menos custosas que as de alta, pois os preços estão em baixa também. As guerras de fase B contribuem para a saída da depressão, pois, exigem investimentos para serem implementadas (PASTORE, 2007, p.118).

Pastore (2007, p.123), também classifica os conflitos na América Latina de Guerra Externa ou Guerra Interna, a primeira refere-se ao fato de ser um conflito inter-Estados, enquanto que o conceito de Guerra Interna relaciona-se aos conflitos tipo intra-Estados. A Guerra do Paraguai foi um conflito de fase B, e apesar da longa duração, é classificada como uma Guerra Externa. E como todo conflito em período de baixa na economia, serviu como válvula de escape para as pressões econômicas.

Ocorrem guerras internas no período de crescimento econômico e mais conflitos externos nos momentos de crise, isso significa que em períodos de crise as nações canalizam as tensões para fora do país, já a economia em alta a busca pelo poder interno é mais viável (PASTORE, 2007, p.136/137).

A grande “coincidência” dessas definições com a Guerra do Paraguai está no fato do Império brasileiro passar por uma crise financeira interna muito forte, assim o conflito serviu de alguma forma, para resolver seus problemas econômicos, pois eliminaria assim um concorrente em potencial que era o Paraguai, abrindo caminho para obtenção do controle do mercado regional da erva-mate e do externo de algodão.

O governo paraguaio, por outro lado, através da casa Rothschild tentava alcançar o mercado europeu para fazer circular os seus produtos, como também buscava novos mercados e controle da sub-região (Bacia Platina), e caso saísse vencedor do conflito obteria vantagens frente ao seu concorrente o Brasil.

Assim, os países platinos ao resolver suas questões internas, mediante um conflito de baixa intensidade, num período de queda da economia mundial, concomitantemente, fortaleciam a economia norte-americana, que nesta mesma conjuntura econômica do cenário mundial, teve como válvula de escape as suas pressões econômicas, a venda de sua nova tecnologia bélica, sem endividar os cofres do seu Tesouro nacional e sem ter o seu sistema produtivo destruído.

Devemos ressaltar que o ambiente doméstico norte-americano a partir de 1965 estava estabilizado, condicionando o seu governo a elaborar políticas no plano exterior; e a indústria bélica seria a sua grande base de sustentação. Como também, os Estados Unidos estavam em busca de novos mercados e maior controle político, econômico e militar da América do Sul, aproveitaram-se das tensões platinas, vendendo seus produtos bélicos e “agarrando” a grande oportunidade para tentar desestabilizar o mercado que se encontrava na Bacia do Prata, até então, sob controle absoluto dos Britânicos.

1.4 O CENÁRIO PLATINO E SEUS LITÍGIOS: UM ENSEJO PARA A “POLÍTICA DE FRONTEIRA” NORTE-AMERICANA DURANTE O SÉCULO XIX

Segundo Giovanni Arrighi, o Sistema Continental norte-americano (construção de ferrovias, superando as barreiras espaciais internas, privilegiando aos Estados Unidos o acesso aos dois maiores oceanos do mundo) realmente integrado se materializou após a guerra civil de 1860-1865, conjuntura que eliminou todas as restrições políticas às inclinações industriais dos nortistas, gerando assim uma economia nacional (ARRIGHI, 1996, p.87). Dessa forma, essa ilha gigantesca era um complexo industrial militar muito mais poderoso que qualquer outro complexo da Europa:

A política explícita e o poderio militar potencial dos Estados Unidos, brevemente evidenciados ao longo e no fim da Guerra Civil, alertaram as nações européias para que se afastassem de qualquer aventura militar no novo mundo (ARRIGHI, 1996, p.88).

Assim, podemos observar que os Estados Unidos além de possuírem uma “indústria de guerra” absolutamente consolidada após a guerra civil, com a qual buscariam divisas, explorando conflitos, aprofundando também suas territorializações referentes ao projeto norte-americano de supremacia regional, a “Doutrina Monroe”. A idéia da “América para os americanos”, afirma Messias (1992), havia sido explicitada em 1821, através de mensagem do Presidente Monroe ao Congresso:

Os continentes americanos, pela livre e independente, não devem daqui por diante ser considerados como objeto de futuras colonizações por parte das potências européias [...] Qualquer tentativa delas para estender seu sistema a qualquer porção do nosso hemisfério seria por nós considerada como perigosa para a nossa paz e segurança (COSTA, 1992, p.65).

É preciso ressaltar que a “Doutrina Monroe” fora proposta pelos Britânicos aos norte-americanos, como um instrumento de equilíbrio de poder para o mundo no século XIX, na tentativa de manter sua influência nas Américas, criando enclaves as nações européias da Santa Aliança, que pretendiam com a derrota de Napoleão, readquirir suas antigas posses no novo mundo. Todavia, essa proposta seria apropriada pelo governo norte-americano, que a colocou em prática, como um processo de territorialização que após a primeira guerra mundial transformaria sua supremacia regional em um instrumento de dominação mundial (ARRIGHI, 1996, p.88).

Levando em consideração essa conjuntura de expansão política e econômica dos Estados Unidos, exposta ao mundo por meio da “Doutrina Monroe”, e a partir da consolidação de sua indústria bélica, associada as tensões políticas e de guerra que envolviam a Bacia Platina, chegamos a hipótese do interesse norte-americano na Guerra do Paraguai.

Novamente ressaltamos que tal fato não está relacionado com objetivos deliberados de destruição ao Paraguai, porque o mesmo seria uma nação industrial promissora que ameaçaria os interesses de potências como Grã-Bretanha e os Estados Unidos no cenário regional. O interesse no conflito está relacionado ao processo conjuntural evidenciado por fatores econômicos e geopolíticos que definiram a hegemonia no continente sul-americano (como nas Américas), e conseqüentemente na Bacia Platina.

Rapidamente, demonstraremos algumas conjunturas circunscritas a relação de forças entre os Estados na disputa pelo controle do cenário Platino. Condições que contribuíram com as pretensões norte-americanas, e suas posteriores práticas no cenário platino.

Segundo Pereira (2007, p.185), a elite paraguaia, há muito tempo, almejava a criação de uma grande nação ou confederação, que reconstruísse o Império Teocrático Guarani, esboçada no período das missões jesuíticas. Em termos culturais e geográficos tal projeto parecia viável, o objetivo era reunir a Bolívia, o Paraguai, as províncias argentinas de Entre Ríos, Corrientes e Misiones, o Uruguai e a parte missioneira do Rio Grande do Sul, constituía-se numa moderna visão geopolítica, ambicionando uma poderosa nação ou confederação Bioceânica do Atlântico ao Pacífico, que iria de Montevideu ao litoral do deserto de Atacama (que até então pertencia a Bolívia), e tudo sob a liderança de um Paraguai militarmente forte.

Uma Confederação que seria isenta da incomoda dependência de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. Com esses objetivos, Solano López realizou um esforço armamentista sem precedentes na América do Sul. Em contra-resposta ao sonho Paraguaio de uma confederação sob sua égide, existiam as pretensões argentinas em relação à outra confederação, sob a liderança de Buenos Aires, na qual incluiria a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina (PEREIRA, 2007, 189). Esta englobaria a mesma área pretendida por alguns setores do Estado paraguaio.

Podemos perceber que os dois projetos, tanto do Estado paraguaio quanto o da Confederação argentina iam de encontro às pretensões brasileiras, sobretudo, porque caso tais Confederações fossem materializadas, ambos Estados teriam o controle territorial da Bacia Platina, grande “objeto de desejo” do Estado brasileiro no século XIX. Uma Confederação Bioceânica nos moldes idealizados pelo Paraguai e Argentina, provavelmente, atrapalhariam todos os projetos do Império do Brasil, deixando-o, possivelmente à mercê dos interesses dos seus principais concorrentes no cenário sul-americano.

Tais projetos eram divergentes, pois o Império do Brasil tinha a Bacia Platina como setor extremamente estratégico para as suas pretensões econômicas e de expansão territorial, tal projeto, obviamente, incluía a livre navegação pelos rios platinos, política que herdara da Coroa Portuguesa. Sobre tal conjuntura, é preciso enfatizar, que Portugal iniciou sua política de tentativa de controle da Bacia Platina e posteriormente da América do Sul no final do século XVII, e uma de suas primeiras territorializações fora a fundação da Colônia de Sacramento em 1680:

Aquele enclave havia sido concebido em termos estratégico-militares para assegurar o domínio da navegação do Prata e de seus tributários, que representavam a chave do acesso ao interior da parte meridional do continente [...] Movidada pela aspiração de dominar o estuário do Rio da Prata e pautada por sua “política imperialista de agressão”, a Coroa Portuguesa logrou ampliar as fronteiras do Brasil, tendo o mercantilismo como força propulsora da conquista territorial. (ZUGAIB, 2006, p.77/78).

Segundo Zugaib (2006, p.79/80), no início do século XIX esta política expansionista ficou mais explícita com a invasão da Banda Oriental por parte de D. João VI, que posteriormente por mediação da Grã-Bretanha, em consequência da Guerra da Cisplatina, viria a se tornar o Uruguai. Evento que se relacionou a continuidade das políticas da Coroa Portuguesa, agora sob a orientação de um Brasil “independente”. Segundo Bandeira (1985):

O Império do Brasil, sendo, na verdade, o *desideratum* de todo conjunto de medidas que D.João VI adotou desde a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, contou com a vantagem de possuir um aparelho de Estado, que se ajustara a outras relações sociais e evoluíra, mas na mudança não sofrera ruptura nem descontinuidade. E assumiu a posição de grande Potência, vis-à-vis países da Bacia do Prata, aos quais impôs sua hegemonia entre 1850 e 1876, empreendendo ações de caráter colonial e imperialista, para realizar objetivos econômicos e políticos (BANDEIRA, 1985, p.142).

Podemos observar que tanto a política da Coroa Portuguesa quanto a do Império do Brasil ambicionavam o controle da Bacia do Prata, não abrindo mão, da livre navegação dos seus rios. Após a Convenção Preliminar de Paz, assinada em 27 de agosto de 1828, entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, que assegurou a independência do Uruguai, iniciou-se todo um processo de consagração do princípio da livre navegação nos rios platinos, que viria a ser arduamente perseguido pelo Império do Brasil:

A partir de então, o assunto foi considerado sob o prisma contratual e sua inclusão em todos os documentos celebrados com os países vizinhos, que pudessem contemplar o tema da navegação fluvial, passou a constituir preocupação constante da diplomacia do Império. Como se poderá observar, o papel do Brasil foi notável no desenvolvimento da tese da abertura do Rio da Prata ao comércio de todas as bandeiras [...] (ZUGAIB, 2006, p. 81).

A necessidade do Império brasileiro em manter a livre navegação nos rios platinos, se deu em consequência, sobretudo, dos interesses que os sujeitos externos possuíam na região.

Por exemplo, a Convenção Preliminar de paz que definiu a independência do Uruguai (não podemos nos esquecer), fora mediada pela Grã-Bretanha que na tentativa de solução dos conflitos ocorridos em torno da disputa pelo domínio da banda oriental do Rio da Prata, dividiu o rio geopoliticamente em duas esferas de influência, a uruguaia e a argentina, a potência européia veria triunfar sua estratégia de estabelecer um Estado-tampão para evitar que uma das partes envolvidas no conflito viesse a obter a pretendida supremacia na região, ou seja, nem o Brasil, nem a Confederação Argentina, quanto menos o Uruguai, o Estado-Tampão (CASTRO, 1983 (b), p. 135).

Notamos dessa maneira que os interesses Britânicos não estavam somente em apaziguar tensões entre esses países Platinos, mas, acima de tudo, em manter uma política de acessibilidade aos rios da região, devido aos interesses comerciais que também possuíam. Suas pretensões remontam desde o final do século XVIII, quando se projetava da Europa uma visão geopolítica mais clara e definida do valor econômico do mercado sul americano, tanto para a exploração de matérias-primas, como para a venda de produtos manufaturados (ZUGAIB, 2006, p. 81).

O grande exemplo dessa noção geopolítica europeia sobre a região platina foi a intervenção da Grã-Bretanha e da França em 1838 e 1845 no Prata, devido as pretensões de alguns governos locais de nacionalizarem a navegação dos rios interiores da Bacia do Prata (ZUGAIB, 2006, p.80). Estas intervenções franco-britânicas estavam relacionadas às suas competições por novos mercados, vindo a tomar para si a questão da abertura dos rios platinos à livre navegação internacional, assim como o Império do Brasil.

Nesta rápida abordagem acerca do estado de tensão em que se caracterizava a Bacia Platina, observa-se que existiam interesses em comum por parte das principais potências europeias e, sobretudo, das potências regionais, que visavam o controle da sub-região. Assim, o resultado não poderia ser outro, se não, um conflito com a proporção como o que ocorrera, a Guerra do Paraguai.

Situação belicosa que ensejou o preparo das nações envolvidas com equipamentos de guerra, e que abriu as portas para a indústria armamentista norte-americana, extremamente consolidada, em ascensão e detentora de novas tecnologias militares. Período que coincide com as pretensões dos Estados Unidos que também almejavam uma maior influência sobre a sub-região Platina, fato que também consistia em afastar definitivamente a influência britânica no continente sul-americano. Como a América do Sul estava nos planos das potências europeias, acima de tudo, era objeto de desejo dos norte-americanos, especialmente a Bacia Platina.

Os Estados Unidos quase intervieram militarmente no território paraguaio em consequência de uma desavença entre o presidente Carlos Lopez e Edward Hopkins, agente especial do governo norte-americano, enviado a Assunção em 1853. Tudo ocorrera devido algumas proibições do governo paraguaio ao Sr. Hopkins, como não portar armas em território paraguaio ou possuir bens de raiz sem autorização especial do governo guarani, tratava-se de um pacote de proibições de Carlos López a qualquer estrangeiro, que também proibia embarcações de outras bandeiras navegarem em rios interiores paraguaios.

Todas essas medidas por parte do governo guarani, surgem em decorrência do “Water-Witch”, belonave norte-americana, comandada pelo capitão Thomas Page, que, supostamente, estava fazendo uma missão de

reconhecimento pelo rio Paraguai, já que havia sido vista perto do forte de Albuquerque (POMER, 1979, p.60). Mesmo após as proibições e o desentendimento de López e Hopkins, a “Bruxa da água”, continuava suas incursões em território paraguaio:

Em 1º de fevereiro de 1855 a teimosa “bruxa da água” do capitão Page voltou a se movimentar; e, desafiando as proibições expressas do governo de Assunção, resolveu navegar onde era interdito fazê-lo [...] A fortaleza paraguaia de Itapiru se viu obrigada a disparar alguns canhões de advertência que ocasionaram danos a nave. Com isto, obviamente, a tensão já existente subiu vários graus (POMER, 1979, p.61).

Não queremos nos aprofundar neste acontecimento, mas seria um exemplo da situação delicada que se estabelecia. Uma intervenção norte-americana sobre o Estado paraguaio, localizado num centro estratégico da América do sul, para Brasil, Argentina e outros interessados, sendo um território importantíssimo para a dinâmica da navegação no rio Paraguai, (principalmente ao Império do Brasil para se chegar à província de Mato Grosso), preocupava e muito. Conjuntura que ensejou esforços diplomáticos do Império do Brasil e da Confederação argentina sob o comando de Urquiza, na tentativa de apaziguar as tensões (POMER, 1979, p.64/65). Ter o poder norte-americano a um passo de Mato Grosso e a um passo do ambiente Platino, não era uma boa perspectiva para ninguém.

A tensão entre Paraguai e Estados Unidos poderia parecer um caso isolado, caso, não estivesse ocorrendo por parte dos últimos, uma explícita mobilização política e, sobretudo, militar pelas Américas. Por exemplo, no final da década de 50, do mesmo século XIX, os Estados Unidos estavam terminando o seu processo de expansionismo territorial, aumentando sua influência sobre a América Central e vindo em direção ao Pacífico (COSTA, 1992, p.65). Em fevereiro de 1855, um contrato foi formalizado entre os Estados Unidos e o Equador, através de um empréstimo de três milhões de pesos fortes, o governo norte-americano obteve o direito de proteger as ilhas Galapagos e outros portos do litoral equatoriano (POMER, 1979, p.61).

Temos que levar também em consideração o fato de que durante o desenrolar da Guerra do Paraguai a ligação Pacífico/Atlântico poderia ser feita através do território Boliviano. Deve-se ressaltar que a região norte do Chile pertencia à Bolívia, esse território foi anexado àquele somente depois da

Guerra do Pacífico que se iniciou nove anos depois do término da Guerra do Paraguai, conflito em que a Bolívia perde sua saída soberana para o mar (REIS, 2007, p.21)

Sabemos que Solano López recebia armas norte-americanas através do território boliviano, utilizando o porto da cidade de Corumbá, inserido no trajeto Nova York-Panamá-Lima-Corumbá (BANDEIRA, 1985, p.128). Caminho que pelo rio Paraguai e subseqüentemente o rio do Prata levava ao oceano atlântico. Mas, o envolvimento norte-americano com Solano López, não se resumiu a esse acordo comercial, Luiz Alberto Moniz Bandeira afirma que:

[...] tais petrechos bélicos, ao que parece, procediam dos Estados Unidos, cujo apoio ao Paraguai, desde 1865, Saraiva, ocupando o Ministério dos Negócios Estrangeiros, já previra. O serviço secreto do governo imperial, logo no início da conflagração, interceptara um documento, em que Charles A. Washburn, ministro norte-americano em Assunção, prometia ajuda ao Paraguai, para combater o Brasil (BANDEIRA, 1985, p.127).

O envolvimento do governo norte-americano foi mais além, quando se verificou a sua não-neutralidade no conflito platino, os Estados Unidos inclinavam-se (pelo menos no discurso) a favor do Paraguai em protesto das ações da Tríplice Aliança contra o Estado paraguaio:

Seu congresso recomendou ao Departamento de Estado que oferecesse os bons ofícios para acabar com a guerra da Tríplice Aliança, cuja continuação continuava 'absolutamente destruidora do comércio, injuriosa e prejudicial às instituições republicanas' (BANDEIRA, 1985, p.135).

Em relação à declaração do congresso norte-americano a respeito do conflito, quanto a defesa do comércio e ideais republicanos, nota-se o direcionamento desse discurso ao governo Imperial brasileiro.

O governo Imperial considerou inadmissível, o indício de favor ao inimigo (ao Paraguai), sem nenhuma imparcialidade no gesto. Tal declaração configurou-se como uma afronta as instituições do governo imperial brasileiro, que ensejou o seguinte comentário do Barão de Cotegipe, Ministro dos Negócios Estrangeiros: "bons ofícios para salvar instituições que não corriam o menor risco era ofender o Brasil (COTEGIPE, 1869).

As palavras dos representantes do Congresso norte-americano poderiam parecer irrelevantes, mas segundo Cervo (2008, p.102), a experiência norte-americana de fronteira, no século XIX, baseava-se em quatro fases: penetração demográfica, provocação, conflito e anexação. A conjuntura

que acabamos de descrever, parece estar condizente com a segunda fase, o que significa que governo Imperial, a priori, recebeu as declarações do legislativo norte-americano como uma ação provocativa.

A mediação oferecida pelo governo norte-americano foi negada por parte dos governos da Tríplice Aliança, porque além das declarações daquele serem interpretadas como provocação e como sinal de imparcialidade, como afirmara o Barão de Cotegipe, somava-se a isso, o fato da existência de documentos que comprovavam a participação de homens do governo estadunidense, dando apoio a Solano López “por de baixo do pano”, como também, o fato de que se encontravam entre os mediadores indicados pelo governo dos Estados Unidos, ministros que estavam envolvidos em operações contra o governo Imperial:

Os governos do Tríplice Aliança repeliram a oferta de mediação que os ministros norte-americanos, general Alexander Asboth, em Buenos Aires, general J. Watson Webb, no Rio de Janeiro, e general Charles A. Washburn, em Assunção, apresentaram-lhes com tenacidade e insolência. Maior do que promiscuidade de Thornton com a política de Mitre e Elizalde, na Argentina, foi a de Washburn com a de López. Ele, como negociante de armas, não só instigou a guerra, desde 1862, como, inclusive, procurou orientar operações militares contra o Brasil, aconselhando López a desencadear um ataque, à noite, sobre o acampamento de Caxias, cujos soldados, “naturalmente covardes”, segundo julgava, dissipar-se-iam como fumo. Quando as autoridades da Argentina capturaram Egusquiza, encontraram em seus arquivos as provas de que Washburn recebera “vultosa quantia”, por ordem de López, para compra de armamentos nos Estados Unidos (BANDEIRA, 1985, p.135/136).

Não queremos de forma alguma sugerir que o conflito na Bacia Platina foi planejado, e teve sua origem nas ações norte-americanas, tal assertiva, seria um devaneio da nossa parte, estaríamos atribuindo culpa a somente um sujeito externo, sem levar em conta os interesses internos dos principais envolvidos no conflito.

Todavia, o contexto no qual os Estados Unidos se encontravam, num crescente processo de expansão de sua política externa, leva-nos a pensar que a conjuntura de constrições entre os Estados platinos, condicionou o seu governo “a tomar proveito” da situação conflituosa que se desenhava na região da Bacia do Prata. A articulação estadunidense, explorando o estado de beligerância da região, como já enfatizamos, fazia parte da sua política de fronteira.

É mister, também, ressaltar que as interferências norte-americanas em relação aos rios do continente sul-americano já antecederam a Guerra do Paraguai. Na década de 1850, iniciaram-se as pressões estadunidenses ao Governo Imperial Brasileiro, para a liberação da navegação internacional nos rios da Bacia Amazônica, já que o Brasil mantinha a mesma fechada ao trânsito de navios estrangeiros, liberação que aconteceria somente em 1866, depois de muitas pressões do governo norte-americano e das principais potências européias (BANDEIRA, 1985, p.143).

Segundo Cervo (2008), o plano estadunidense de ocupação da Amazônia, representava “uma saída para a crise de sua economia escravista, com o traslado de colonos e escravos do sul, que se dedicariam à produção da borracha e do algodão” (CERVO, 2008, p.102). O autor, também afirma:

O empreendimento foi de iniciativa particular, com apoio tácito do governo de Washington e pressões arrogantes de seu representante no Rio de Janeiro, Willian Trousdale. O êxito dependeria de uma condição prévia, a abertura do Amazonas à navegação e ao comércio internacionais, uma reivindicação apoiada igualmente por França e Inglaterra, à época em que se cultivava o mito do eldorado produtivo da região (Idem, p. 102).

Durante toda a década de 1850, o governo Imperial manteve a Bacia Amazônica, em seu território, fechada as embarcações estrangeiras. Um fato que evidencia a política contraditória por parte do Império brasileiro, que almejava a livre navegação nos rios da Bacia do Prata, mas impedia o mesmo processo nos rios da Bacia Amazônica.

A aspiração dos Estados Unidos sobre a navegação na Bacia Amazônica também estava correlacionada a um possível acesso, por via fluvial, do oceano Atlântico para o Pacífico e vice-versa (COSTA, 1992, p.68).

No século XIX já existiam possibilidades, através do próprio território boliviano, do pacífico se chegar ao atlântico pelos rios bolivianos na Bacia amazônica, através do rio Beni, rio Mamoré, onde se inicia o rio Madeira, que deságua no rio Amazonas, ligando-se assim ao atlântico (LINO, et al., 2008, p.96). Este fato veio a criar divergências entre o governo Imperial brasileiro e o governo boliviano.

É sabido que a Bolívia desde 1853 permitia a livre navegação às embarcações estrangeiras nos rios que banhavam seu território e para àqueles que fluíam no Amazonas e para Bacia do Prata, as embarcações norte-

americanas possuíam tal prerrogativa. Isso foi possível, pois no mesmo ano foram firmados acordos entre Bolívia e Estados Unidos, a primeira assinara tal tratado em contestação ao Brasil, que em contrapartida pretendia manter afastado os norte-americanos, e qualquer outra nação estrangeira, da Bacia Amazônica (BANDEIRA, 1985, p.98).

O acordo de livre navegação entre o Estado boliviano e norte-americano possui, provavelmente, sua origem em mais uma contenda interna que envolveu a Bacia Platina. Em 1852, a Bolívia apresentou uma nota de protesto ao governo de Buenos Aires, após Argentina e Paraguai assinarem um Tratado de Navegação, Comércio e Limites no mesmo ano. O protesto estava relacionado à sua inclusão como nação ribeirinha do rio Paraguai, em decorrência das pretensões desse Estado em relação ao Chaco Boreal (CARVALHO, 1958, p.31). Estevão Leitão de Carvalho apresenta-nos a conjuntura:

[...] as pretensões da Bolívia estendiam-se, na margem direita do rio Paraguai, entre a Baía Negra e o Jaurú, isto é, ao trecho da costa fluvial pertencente ao Brasil, reconhecido, indevidamente, naquele tratado, como paraguaio. (CARVALHO, 1958, p.32).

Sendo a área reivindicada pela Bolívia pertencente ao Brasil, mais do que depressa, o governo imperial em agosto, do mesmo ano de 1852, também emitiu uma nota de protesto a Buenos Aires, junto ao governo da Confederação Argentina, através do Ofício nº 16, encaminhada por Rodrigo de Souza e Silva Pontes, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao governo provisório dessa Confederação.

O protesto aludia contra algumas disposições do Tratado entre Argentina e Paraguai, que se postas em execução “poderiam talvez ofender interesses e direitos do império” (SILVA PONTES, 1852). Segundo Carvalho (1958):

Entre essas disposições estava a concernente ao reconhecimento da soberania do Paraguai sobre o rio do mesmo nome, de margem a margem, até a confluência com o Paraná. E, reportando-se ao protesto da Bolívia, baseado na presunção de que era ribeirinha do rio Paraguai, pela costa ocidental, entre os graus 20 e 22, declarava o nosso representante em Buenos Aires não poder ser ela assim considerada, enquanto o governo do Brasil, em resultado de negociações pendentes lhe não cedesse uma parte da costa, naquele trecho do rio. “E, por isso, dizia, não só protesta contra as asserções e protesto do Sr. Encarregado de Negócios da Bolívia, mas também contra qualquer ato pelo qual o Governo desta República seja considerado ribeirinho do Paraguai, com prejuízo, e sem respeito aos direitos e interesses do Brasil” (CARVALHO, 1958, p.33/34).

Estava assim instalada uma celeuma diplomática entre Brasil e Bolívia (já que o protesto do governo brasileiro rechaçava a pretensão boliviana), que viria, pelo que parece, refletir na questão concernente a livre navegação dos rios da Bacia Amazônica em território brasileiro.

Assim, a realização do acordo de 1853 entre Estados Unidos e Bolívia tem como grande fator de contribuição, provavelmente, o descontentamento do segundo em relação ao Brasil, que rechaçara suas tentativas de expansão pelo Chaco Boreal, assim como, os interesses continentais do primeiro. Dessa forma, a partir do território boliviano, por via de sua rede hidrográfica, os norte-americanos teriam acesso às fronteiras brasileiras da Amazônia, com grandes possibilidades de fazer uma interconexão com a Bacia do Prata.

As pressões norte-americanas, somente vão surtir efeito em meados da década de sessenta do século XIX, quando o governo Imperial brasileiro resolve liberar a navegação dos rios da Bacia Amazônica. Bandeira (1985) é categórico ao afirmar que o governo Imperial:

[...] só a franqueou ao tráfego internacional, em 1866, porque ao enfrentar o Paraguai, receou que as Repúblicas do Pacífico entrassem no conflito, instigadas pelos norte-americanos e/ou ingleses, que dominavam já vastas extensões daquela rede fluvial nos territórios do Equador e do Peru (BANDEIRA, 1985, p.143).

Em relação à Bolívia, a resolução definitiva da sua contenda com o governo Imperial brasileiro, somente aconteceu com o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, de 27 de março de 1867, que concomitantemente, resolveu as questões relativas aos limites entre os dois países e evitou, de uma forma mais acintosa, a participação do governo do Presidente boliviano Marian Melgarejo no conflito em favor do governo López, vindo a favorecer, de alguma forma, os Estados Unidos. Pereira (2007) afirma:

O Governo Imperial evitou que a Bolívia do Ditador Marian Melgarejo participasse da guerra em favor de Solano López ao assinar o Tratado de La Paz de Ayacucho, em 27 de março de 1867, e também por franquear a navegação do Amazonas e do Madeira, logo a seguir (PEREIRA, 2007, p.186).

Essas ações por parte do governo Imperial brasileiro garantiram a neutralidade da Bolívia em relação ao conflito, fato que implicou também, a partir de 1867, a não utilização do território boliviano como esquadro de equipamentos bélicos que abasteciam as tropas de Solano López. A relação

Paraguai/Estados Unidos, acerca do comércio de armas, somente vinha sendo realizada, pois existia uma conivência do governo boliviano.

A resolução dessas questões, de acordo com Luiz Amado Cervo, é resultado, acima de tudo, da política firme, inteligente e flexível do governo brasileiro, que adiou a abertura da navegação nos rios amazônicos em função de sua oportunidade (CERVO, 2008, p.106).

Percebe-se assim, que o estado de tensão entre governo Imperial brasileiro e estadunidense durante a Guerra do Paraguai não foi velado, assim como, a participação norte-americana no conflito não pode ser classificada como “indireta”. Sobretudo, porque os objetivos geopolíticos norte-americanos estavam bem definidos e inexoravelmente associados às informações que, àquela época, já existiam acerca de um caminho Bioceânico a partir da Amazônia.

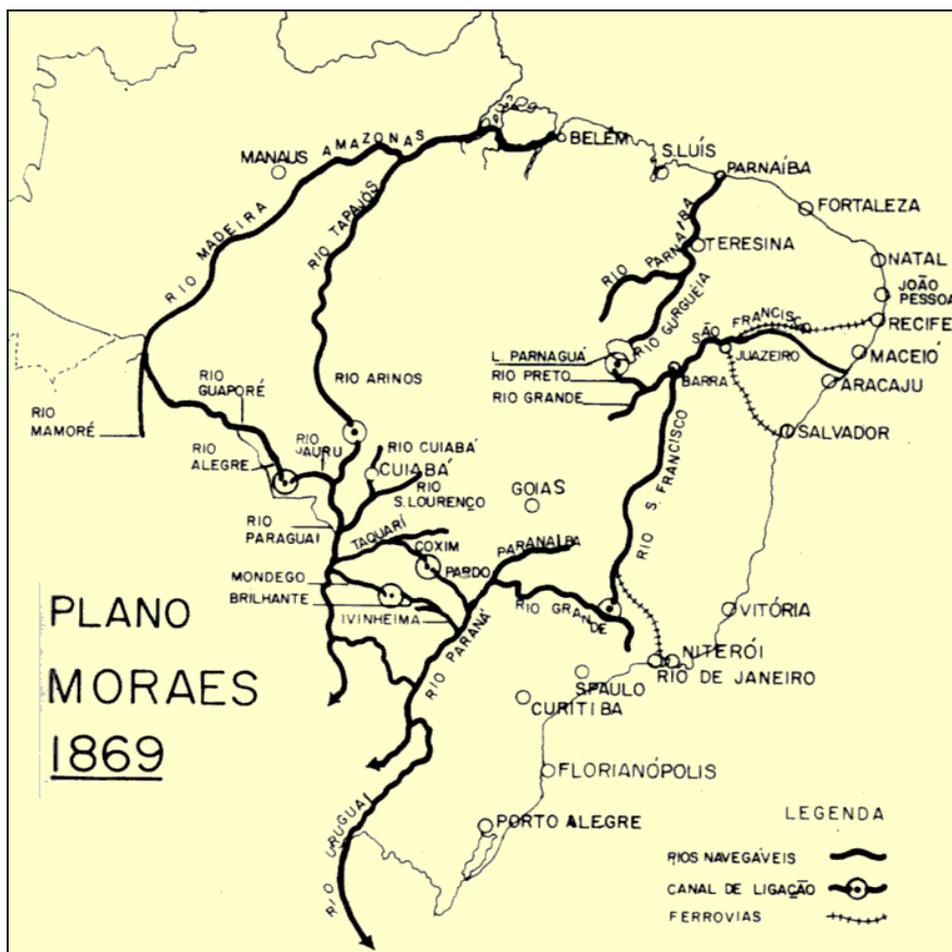
A interligação das Bacias do Orinoco, Amazônica e do Prata, desde o século final XVIII vinha sendo vislumbrada, caso fosse viabilizada, possibilitaria uma via aquática formidável entre o Caribe e o rio do Prata, formando um traçado que “cortaria” o continente de um extremo ao outro, no sentido norte-sul (LINO et al., 2008, p.55).

Vasco Azevedo Neto (1996), na monografia intitulada *Transportes na América do Sul: desenvolvimento é a integração continental*, faz referência a viagem do cientista alemão Alexander Von Humboldt, que na sua viagem à América do Sul em 1800-1804, afirmou que “substituindo-se a cachoeira do Guaporé por um canal de 6.000 toesas, ficaria aberta uma linha de navegação interior desde Buenos Aires até Angostura” (NETO, 1996 *apud* Executive Intelligence Review-EIR, 2002, p.175).

O traçado da “Grande hidrovia” incluía o rio Orinoco, o canal Cassiquiari e os rios Negro, Amazonas, Mamoré, Guaporé, Paraguai, Paraná e Prata, em uma extensão de cerca de 9.800 km, no qual existiam trechos que necessitavam de dragagem, tramos críticos e trechos encachoeirados (LINO et al., 2008,p.59). Apesar das barreiras naturais, ressaltamos que a factibilidade da ligação entre as Bacias do Amazonas e Prata já havia sido testada em 1771 pelo terceiro governador e capitão-general da Província de Mato Grosso e Cuiabá, D. Luís Pinto de Souza Coutinho.

O “Plano Moraes” (figura 2) de 1869, apresentado pelo engenheiro-militar Eduardo José Moraes ao Império do Brasil, também tinha especificações estratégicas de ligar as duas Bacias: a Amazônica e a Platina (LINO, et al., 2008, p.55/56).

Figura 2 – O trajeto do Plano Moraes apresentado ao governo Imperial em 1869



Fonte: Disponível em: < <http://doc.brazilia.jor.br/Trilhos-Planos-Ferrovianos/1869-PlanoHidroviario-Morais.shtml?q=TrilhosPlan/1869morais.htm> >

Afirmou o engenheiro, ao apresentar o projeto ao governo Imperial:

O projeto que tenho a honra de apresentar à consideração consiste, pois, na junção das duas maiores Bacias da América do Sul, as do Amazonas e do Prata, por meio de um canal, e no melhoramento do curso dos rios onde existem atualmente alguns obstáculos à livre navegação [...] E desta maneira ficaria ligado ao sul pelo interior do Sul ao Norte do Império [...] questão importantíssima sob o ponto de vista estratégico. E logo que o vapor se tivesse encarregado de aproximar estes lugares separados hoje por tão grandes distâncias, os fios elétricos ligando entre si as estradas de ferro, e irradiando-se em todas as direções, complementaríamos uma vasta rede de

comunicações telegráficas pelo interior do País (MORAES, 1969 *apud* Executive Intelligence Review-EIR, 2002, p.176).

Observa-se que do ponto de vista da engenharia, a instalação da infraestrutura necessária para implantação da grande hidrovía não existiam grandes dificuldades, e os desníveis existentes já àquela época permitiam o aproveitamento para as comunicações, a cachoeira do Guaporé citado por Humboldt tinha 72 metros de desnível (Executive Intelligence Review-EIR, 2002, p.176).

Assim, a existência de possibilidades e de projetos que almejavam a conexão de um oceano ao outro, aguçavam desejos internos e externos para o controle da região amazônica e platina. Com certeza tais possibilidades de criação dessa infra-estrutura fluvial na região não eram somente de conhecimento do Império do Brasil.

As pressões ao Brasil pela livre navegação nos rios da Bacia Amazônica tinham motivos deliberados. Uma vez em contato com a bacia Amazônica, os norte-americanos (como também, qualquer outra nação com objetivos geopolíticos bem definidos) teriam acesso a Bacia do Prata, ensejando, dessa maneira, um promissor contato (para um posterior controle) com o centro geopolítico da América do Sul. De acordo com Pereira (2007):

[...] o núcleo geopolítico central da América do Sul, que envolve o Centro-oeste brasileiro, nele inserido o Pantanal, a Amazônia Legal, o Paraguai, a Bolívia e partes significativas da Argentina, do Peru, da Colômbia e da Venezuela [...] que comporta a cidade de Cuiabá-MT, como centro geodésico da América do Sul, inexistem desertos ou regiões semi-áridas, e constata-se uma extensa e larga faixa subandina, comprovadamente petrolífera, que se estende em um grande arco, desde o Chaco paraguaio até o Maciço Guianense, este rico em minerais, como ferro manganês, cassiterita, etc., e planícies, em grande parte localizada no Brasil, com um dos maiores potenciais agrícolas do mundo [...] (PEREIRA, 2007, p.16/18).

Dessa forma, em vista dos projetos e as reais possibilidades de interligações fluviais que já existiam àquela época, não podemos desconsiderar a hipótese de controle do centro geopolítico da América do Sul.

Assim, a nossa hipótese acerca dos norte-americanos “desejarem” o conflito na Bacia Platina e outros na América Latina, pode ser viável, pelo simples fato de suas pretensões geopolíticas estarem ligadas a sua visão de domínio da sub-região sul-americana, vislumbrada desde a implantação da Doutrina Monroe, que ensejou inúmeras territorializações por parte do governo

estadunidense, intensificadas após a sua Guerra civil e consolidada por uma indústria de guerra forte. Como afirma Pastore (2007): “A Guerra de Secessão dos EUA (1861-65) parece ser parte da explicação para este aumento de conflitos na América Latina no terceiro quarto do século XIX” (PASTORE, 2007, p.195).

Um Cenário que está também relacionado às flutuações sistêmicas da economia mundial a partir de 1864, e que contribuíram para se desenhar uma nova ordem conjuntural e estrutural, tanto na Bacia Platina quanto no plano hegemônico mundial. Conjuntura explorada pelos Estados Unidos para vender sua tecnologia bélica aos países Platinos, que movidos pelos interesses de controle da região platina, e conseqüentemente de todo continente sul-americano, vão protagonizar a Guerra do Paraguai, conflito que em cinco anos matou mais 400.000 pessoas, deixando uma página trágica na história da América do Sul.

Capítulo 2 - MEU AMIGO É MEU INIMIGO: AS RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E GRÃ-BRETANHA NOS ANOS DE 1843-1863

Roberto Mauro da Silva Fernandes

2.1 O ÍNICIO DA EXPLICAÇÃO

As Guerras Napoleônicas marcaram uma etapa da história do mundo ocidental que fora de extrema importância para a Grã – Bretanha, depois do conflito os britânicos tornar-se-iam detentores de uma hegemonia que durou cerca de cem anos (1815 – 1914), na qual a “oficina do mundo” Inglaterra, engendrara uma política de equilíbrio entre as principais potências do planeta, garantindo assim, o domínio da balança do poder mundial. Essa política de poder consistiu em tranquilizar e apoiar os governos absolutistas da Europa continental, organizados na Santa Aliança, de que eventuais mudanças no equilíbrio do poder somente se realizariam com o consentimento dessas grandes potências (ARRIGHI, 1996, p.68).

Pode-se incluir nessa política britânica, a inserção da França derrotada entre as grandes potências que faziam parte da Santa Aliança, classificando-a como nação de segundo escalão, com o claro objetivo de controlá-la. A Grã –

Bretanha também se opôs a intenção da Santa Aliança de intervir na América Latina, na busca de um possível restabelecimento da dominação colonial, como também, posteriormente, deu respaldo aos Estados Unidos, ao que mais tarde viria ser chamado de “Doutrina Monroe” (ARRIGHI, 1996, p.69). Controlava assim, as Grandes Potências européias e suas periferias.

A partir de ações desse gabarito, os britânicos conseguiram por todo século XIX dominar militar, político e economicamente o “mundo”, e conseqüentemente conseguiram uma grande influência sobre Portugal e posteriormente, Brasil, que no auge da guerra ensejada por Bonaparte, encontrava-se na condição de colônia portuguesa.

As Guerras Napoleônicas serão de grande utilidade para o desenrolar dos processos inerentes a independência do Brasil. Até porque, o conflito europeu é a conseqüência direta para um maior estreitamento das relações entre a Grã-Bretanha e Portugal no início do século XIX. É a marinha britânica, por exemplo, que escolta a Família Real portuguesa, através do atlântico, em direção as terras brasileiras, em conseqüência do “Bloqueio Continental” de Napoleão, cujo D.João VI não aderiu, culminando assim, com a invasão Francesa a Portugal no final de 1807 (AGUIRRE, 2008, p.09). Posteriormente esse evento facilitaria o estreitamento das relações entre o Brasil independente e os britânicos durante o Império.

Dessa forma, temos a intenção de demonstrar a relação entre Brasil e Grã-Bretanha, como as suas contradições, na tentativa de esclarecer algumas questões que envolveram a participação do Brasil na Guerra do Paraguai como instrumento britânico na América do Sul. Esses “amigos-inimigos” históricos que possuíam interesses distintos para uma mesma região (Bacia Platina e a própria América do Sul), vão chegar ao ápice de sua “amiga-inimizade” no ano de 1863, quando rompem relações diplomáticas. Enfoque que contribui para se questionar a tese de que o governo Britânico no século XIX destruiu o Paraguai utilizando o império do Brasil como arma de guerra.

A idéia de que o governo Imperial do Brasil foi utilizado pelos britânicos para destruir o Paraguai distorceu alguns fatos históricos em nome de concepções ideológicas, que culpam, somente, o “imperialismo” como o eterno causador dos problemas da América do Sul. Temos que nos conscientizar que não foram (como também não são) isoladamente os interesses externos que

causaram, e que supostamente, causam determinados distúrbios políticos, econômicos e sociais no continente. As forças internas da região e seus interesses também estiveram e estão em plena convergência com a deflagração de alguns acontecimentos.

Assim, não podemos pensar que o Império brasileiro aceitava com imensa prontidão as ordens da Grã-Bretanha sem contestações. O governo Imperial do Brasil, àquela época, possuía suas pretensões expansionistas e, também, empreendeu ações hegemônicas de caráter colonial e imperialista na Bacia Platina durante o século XIX, que coincidiram ou não com os interesses da Grã-Bretanha (BANDEIRA, 1985, p. 142).

Analisaremos alguns acontecimentos de ordem interna e externa, relacionadas a esses dois Estados, cuja relação fora marcada por motivos dúbios, condicionadas, obviamente, pela situação em que cada um se encontrava na ordem econômica, política e militar do século XIX. As nuances do conturbado relacionamento entre os dois Estados no período pré-Guerra do Paraguai são significativas para verificarmos que o Brasil não protagonizou um conflito “contra” o Paraguai, simplesmente, como “arma de guerra”.

2.2 O VASSALO PORTUGUÊS

Napoleão Bonaparte no início do século XIX promoveu uma série de invasões na Europa continental, subjugando algumas nações européias. Evento que diretamente influenciou o andamento do Reino português, que sofreria a partir do ano de 1807, severas pressões do governo Francês para aderir a um sistema de sanções com a intenção de atingir economicamente a Grã-Bretanha, o “Bloqueio Continental”:

Sem conseguir dominar a Inglaterra pela força militar, Bonaparte tentou vencê-la pela força econômica. Para isso, em 1806 decretou o Bloqueio Continental, pelo qual os países do continente europeu deveriam fechar seus portos ao comércio inglês (AGUIRRE, 2008, p.08).

D. João VI viu-se obrigado a colocar em prática um velho plano (pensado no início do século XVIII), que consistia em enviar toda sua corte e administração para o Brasil. Ação realizada mediante a invasão das tropas francesas a Portugal em novembro de 1807. Assim a Família Real portuguesa,

sob a proteção da esquadra inglesa, com todo seu aparato governamental partiu rumo ao Brasil (CORTEZ, 2004, p.99).

Segundo Aguirre (2008, p.09) o rei português não podia cumprir as ordens de Napoleão, devido às longas relações entre Portugal e Inglaterra, e principalmente, sobretudo, pois os comerciantes portugueses possuíam importantes relações com os mesmos. Ademais, era mais interessante para os lusos, a continuidade do protetorado político e militar com os ingleses a iniciar uma relação com Napoleão que tinha interesses explícitos de aprisionar a Família Real e substituí-la por alguém de confiança, como fizera na Espanha (CORTEZ, 2004, p.99).

O fato é que toda corte portuguesa viera para o Brasil, iniciando um novo ciclo das relações entre Inglaterra e Portugal. O governo inglês, logicamente, tratou de tirar o máximo proveito da proteção militar que deu ao governo português, e interessado na expansão do mercado para suas indústrias, pressionou D. João VI a acabar com o monopólio do comércio colonial.

Dessa forma, em 28 de janeiro de 1808, seis dias após o desembarque no Brasil, D. João decretou a abertura dos portos ao comércio internacional, isto é, às “nações amigas”. Com essa medida, o monopólio comercial ficava extinto, os comerciantes da colônia ganhavam liberdade de comércio, abria-se então, o caminho para a futura emancipação do Brasil (AGUIRRE, 2008, p.09).

Mas, é importante ressaltar que Portugal ressentia amargamente o fato de ter que prestar vassalagem a Grã-Bretanha, de depender da proteção militar e econômica da mesma, pagando um alto preço, como se verificou no Tratado de 1810, que concedia aos comerciantes britânicos o privilégio tarifário de 15% *ad valorem*, bem abaixo da taxa conferida maior a Portugal (16%) e as demais nações (24%).

Dessa forma, D. João VI ao perceber as potencialidades territoriais, demográficas e políticas do Brasil, alça a ex-colônia à posição de Reino Unido, com o intuito de por fim a condição incomoda de dependência. Como também, a elevação do Brasil a Reino Unido e Algarves, está concomitante as pressões inglesas para a cessação do tráfico de escravos, que depois de 1822 recairiam sobre o Império do Brasil (BANDEIRA, 1985, p.90).

D. João VI ao elevar o Brasil à condição de Reino, fez renascer as pretensões expansionistas do Império Português na América Latina, objetivo perseguido desde o período colonial:

A visão geopolítica portuguesa desde aquele período evidenciava-se nas tentativas de estabelecer os limites atlânticos de seu império americano, a Bacia do Amazonas ao norte e a do Prata ao sul. Perseguiam, assim, os portugueses, o domínio dos dois únicos caminhos de penetração naturais utilizáveis à época, com a ambição de controlar toda a América do Sul (ZUGAIB, 2006, p.77).

Essa Política expansionista iniciara-se com a fundação em 1680 da Colônia de Sacramento, na margem oriental do Rio da Prata, para assegurar, o domínio da navegação desse mesmo rio e de seus tributários, que representavam a chave do acesso ao interior da parte meridional do continente. Uma política que D. João V (1706-1750) deu continuidade, com a preocupação de facilitar aos navios comerciais portugueses a livre navegação do Rio da Prata, razão pela qual se impunha o controle de sua margem oriental (ZUGAIB, 2006, p.78). Observa-se que a livre navegação nos rios platinos, já nos séculos XVII e XVIII, fazia parte dos projetos geopolíticos direcionados ao comércio e expansão territorial na Bacia Platina.

De acordo com Bandeira (1985), D. João VI sonhava no início do século XIX com a possibilidade de fundar um poderoso império na América, reunindo os Estados do Brasil e as colônias espanholas, projeto que foi, totalmente, de encontro às pretensões inglesas que buscavam uma aliança com a Espanha, que insurgia contra o jugo da França (BANDEIRA, 1985, p.41/42). Não convinha aos ingleses, que Portugal aumentasse sua influência na Bacia platina, o objetivo era fazer do Brasil um grande empório para as manufaturas britânicas destinadas ao consumo de toda a América do Sul.

A cumplicidade entre Grã-Bretanha e Portugal, e depois entre aquele e o Brasil, após sua independência, aparentemente, foi ubíqua. O que foi perpetuado por inúmeros historiadores, sobre a relação passiva do Brasil frente à política britânica (que serviu como matriz ideológica para explicar a ação do Brasil na guerra contra Solano Lopez), no mínimo é superficial. D. João VI, durante o período que permanecera no Brasil (1808-1821), não estava totalmente condizente com a política inglesa, e muito menos, os Britânicos concordavam com uma autonomia maior àquela permitida ao Reino de Algarves por eles, sobretudo, quando a questão envolvia a Bacia Platina.

2.3 É PREFERÍVEL SER AMADO OU TEMIDO?

Nicolai Maquiavel afirmou que ao Príncipe é preferível ser temido a ser amado, segundo o mesmo, os homens, de modo geral, são dissimulados, solúveis, ingratos, esquivam-se dos perigos e são gananciosos.

Dessa forma, o príncipe sem contestações deve se fazer temer. Mas, o que tem haver a relação Brasil/Grã-Bretanha durante o século XIX, com a política do temor a ser adotada pelos príncipes? Podemos responder esta questão com a criação da Lei Eusébio de Queiroz, do dia 4 de setembro de 1850, que proibia o contrabando de escravos no Brasil (CORTEZ, 2004, p.137).

Sem essa medida o choque militar entre Grã-Bretanha e o Império do Brasil tornar-se-ia inevitável (BANDEIRA, 1985, p.90), o que para o império não era interessante, já que a Grã-Bretanha era superior econômica e militarmente ao Brasil. Em relação à última assertiva, recorreremos a Bethell (1995) para atestar porque a Grã-Bretanha possuía tal superioridade em relação ao império do Brasil:

Por mais de um século - desde as guerras napoleônicas e, mais especificamente, desde os eventos dramáticos de 1807-1808 ocorridos na Península Ibérica e que acabaram por causar a dissolução dos impérios americanos na Espanha e em Portugal, até a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914 - a Grã-Bretanha era o agente externo dominante nas questões econômicas e, em escala menor, nas questões políticas da América Latina. O século XIX foi para a América Latina o *século inglês*. E não é difícil se explicar esse fato. Em primeiro lugar, a Inglaterra tinha *estado presente no momento da criação*. Os fundamentos da supremacia política, comercial e financeira inglesa tinham sido firmemente lançados por ocasião da formação dos Estados independentes latino-americanos, durante as segunda e terceira décadas do século XIX. Em segundo lugar, de 1815 até 1860 ou 1870, a Grã-Bretanha exercia hegemonia global nunca desafiada e, até 1914, supremacia global um pouco menos intensa. A marinha inglesa governava os mares. Em terceiro lugar, e mais importante que tudo, a Inglaterra, a *primeira nação industrial, a oficina do mundo*, fornecia a maior parte dos bens manufaturados e de capital para a América Latina. A cidade de Londres, principal fonte de capital do mundo, era responsável pela maioria dos empréstimos concedidos aos novos governos da América Latina e pela maior parte do capital investido na infra-estrutura (sobretudo estradas de ferro), agricultura e mineração da América Latina. A Grã-Bretanha possuía mais da metade de toda a frota mercante do mundo e eram os navios britânicos que levavam a massa dos produtos exportados da América Latina para os mercados mundiais. A própria Inglaterra era um dos mais importantes mercados para os artigos alimentícios e matéria-prima latino americanos. Em resumo, ao longo de todo o século XIX a Inglaterra era o principal

parceiro comercial, o principal investidor e o principal detentor do débito público da América Latina. (BETHELL, 1995, p.271).

Tais atributos contribuem para pensarmos no quanto a filosofia Maquiaveliana se encaixava perfeitamente na conjuntura protagonizada pelo Império do Brasil e Grã-Bretanha no início da década de 1850. O conhecimento por parte do Império da força britânica (econômica e militar), e as suas pressões políticas, encaminhou o parlamento brasileiro para a aprovação da lei Eusébio de Queiroz, ou seja, aprovava-se a mesma ou o Império do Brasil teria que enfrentar a maior nação do mundo no século XIX. Lei que, segundo Cortez (2004. p137), ajudou a desenvolver um rápido crescimento abolicionista interno desde então.

Luiz Amado Cervo também acrescenta que a decisão brasileira de extinguir o tráfico em 1850 explica-se por razões internas e, sobretudo, como resultado de alguns cálculos da política externa brasileira:

A repressão inglesa, após o deslocamento da esquadra que viera do Prata e a autorização para penetrar em águas territoriais e portos brasileiros, atingia seu paroxismo. Paulino José de Soares de Souza, ministro de estrangeiros, foi o principal responsável pela decisão que Eusébio de Queirós, ministro da justiça executou. Nos cálculos de Paulino convinha extinguir o tráfico por razões sociais e humanitárias, mas igualmente por razões estratégicas: dissipar o contencioso com a Inglaterra, que parecia evoluir para um confronto armado (CERVO, 2008, p.82).

Apesar de existir razões internas para fim o tráfico negreiro, percebe-se que o temor de um confronto militar com a Inglaterra era evidente, mesmo assim, essa “política do medo” não refutou o bojo de contradições que existiam no processo de relações externas entre brasileiros e britânicos, pelo contrário as intensificaram. A Lei Eusébio de Queiroz de 1850 é o desfecho de uma série de ações protagonizadas por Brasil e Grã-Bretanha a respeito da escravidão e o seu comércio.

Em 1825 venceram os tratados assinados entre Portugal e Grã-Bretanha no ano de 1810, para conseguir renová-los, o governo britânico pressionou Portugal a reconhecer a independência do Brasil (AGUIRRE, 2008, p.12). Podemos observar que tais acordos eram de fundamental importância para o governo britânico, visto que esses tratados proporcionavam inúmeras vantagens alfandegárias às manufaturas inglesas.

Concomitante a necessidade de renovação dos acordos, estavam às pressões para se abolir a escravidão, a extinção desse sistema em território brasileiro era importante para a política de utilização da nova nação como grande mercado consumidor (CORTEZ, 2004, p.136).

Em 1842 expirou o tratado de comércio assinado por D. Pedro I, e o Império brasileiro resolve não renová-lo, levando os ingleses a realizarem inúmeras sanções ao açúcar brasileiro importado pelos mesmos. Esta ação afrontava a economia brasileira, já que as nações que exportavam o mesmo produto para a Inglaterra e que não utilizavam o trabalho escravo, pagavam uma taxaçoão por quintal de açúcar quase 50% menor do que a do Brasil. A situação se agravou quando em resposta as ações inglesas, o governo brasileiro criou a Tarifa Alves Branco em 1844, que aumentou a taxaçoão aos produtos ingleses em até 60%, dependendo do produto (BANDEIRA, 1985, p.91).

Política tarifária sobre os produtos importados, que seria utilizada pelo Império como a principal fonte de receitas para o setor público durante a segunda metade do século XIX, e no caso de um país cuja principal atividade econômica era a grande lavoura de exportação, esta medida ensejou aos grandes fazendeiros a manutenção de políticas de defesa ao setor agrário, visto o fato do Estado controlar a economia, respaldando tais práticas.

Conjuntura que corroborou para os crescentes gastos governamentais com subsídios e acumulação de estoques, financiados pelo aumento de tarifas alfandegárias (STELLING, 2008, p.08). Contribuindo para acirrar cada vez mais as constraçoões entre Brasil e Grã-Bretanha, já que fortalecia o setor de matérias-primas, no qual se utilizava o trabalho escravo.

A tréplica britânica foi severa, o Parlamento de Londres aprovou a “Bill Aberdeen”, uma lei que permitia aos navios ingleses abordar, fiscalizar e apreender as embarcaçoões suspeitas de tráfico (CORTEZ, 2004, p.137). Segundo Bandeira (1985, p.92), entre 1849 e 1851 os cruzadores britânicos capturaram 90 navios brasileiros em suas águas territoriais, sendo julgados e condenados por pirataria.

A “Bill Aberdeen” obrigava o governo brasileiro a tomar uma providência (nota-se que se tratava de ações diretas do governo inglês declarando guerra ao Brasil), na qual o desfecho dessa etapa seria a “Eusébio de Queiroz”,

aprovada com um sabor desagradável ao Império. O interessante nisso tudo é que até a promulgação da lei, ficara evidente que o Império do Brasil não estava de acordo com as condutas tomadas pela Grã-Bretanha em relação a sua política interna.

Não havia assim, uma postura de fantoche do governo brasileiro no século XIX para com a Inglaterra. O governo imperial por muitas vezes tomou decisões nacionalistas e até corajosas, conforme sugeriam as circunstâncias, existia um desejo enorme do império em se desvencilhar do controle político Britânico, que se utilizava de sua força econômica, militar e de sua capacidade de absorção de mercados para ditar as regras que lhe convinham.

Devemos ressaltar a análise do sociólogo Florestam Fernandes sobre a sociedade escravocrata brasileira, segundo o autor, quando se deu a transplantação da Família real para o Brasil, ocorrendo à abertura dos portos e os episódios que levariam a independência, o país passava por um processo horizontal de expansão da economia no setor primário, de incorporação de novas fronteiras à economia de plantaço colonial. As camadas senhorias e os círculos de negociantes urbanos não precisavam buscar alternativas econômicas novas (FERNANDES, 1991, p.238). Como se sabe, a matriz econômica do Brasil foi o setor primário até o início do século XX quando em consequência da crise de 1929 novas alternativas para diversificação da economia tiveram que ser criadas.

Criava-se assim, por todo século XIX (em relação à economia brasileira) um paradoxo entre o sistema capitalista do mundo e o processo histórico - estrutural interno que condicionava o Brasil como nação exportadora de produtos primários, havia um enraizamento das elites internas de produzir e reproduzir o trabalho escravo pelo escravo. Isso significa que o capitalismo industrial britânico entrava em choque com a estrutura social e econômica patriarcal que se desenvolveu durante capitalismo mercantil no Brasil e que, também, por questões de status e cultura teimava em permanecer.

Os fatores endógenos e exógenos que circundaram as relações entre Brasil e Inglaterra vão se encaminhar para uma conclusão a partir de 1863 quando as duas nações rompem relações. Segundo Pomer (1979, p.100/101), as relações entre Brasil e Inglaterra foram cortadas no dia 25 de maio de 1863, em consequência do apressamento de cinco navios mercantes brasileiros por

uma frota de guerra inglesa, agindo por incumbência do ministro britânico William Christie, que o fizera, pois acusava o governo do Brasil de não ter impedido o saque da fragata inglesa “Prince off Gales”, que naufragou nas costas do Rio Grande do Sul, e pelo aprisionamento de oficiais ingleses, detidos por arruaça e embriaguez na cidade do Rio de Janeiro. Essa foi a famosa “Questão Christie”, relatada pela historiografia brasileira.

Bandeira (1985, p.93), afirma que as relações entre os dois países foram bem conturbadas de 1843 a 1863, quando rompem relações diplomáticas, reatando-as somente em 1865, após o início da Guerra do Paraguai. Reatamento conveniente, pois o governo Imperial brasileiro não queria os britânicos como aliados do Paraguai por conveniência do conflito.

Dessa forma quando as tropas de Solano atacaram a província de Mato Grosso em dezembro de 1864, há um ano e sete meses Brasil e Inglaterra não possuíam ligações diplomáticas. Assim, as chances da utilização do Brasil pelos ingleses como instrumento de guerra para destruir o Paraguai são mínimas do ponto de vista de uma articulação de governo para governo, para ser mais coerente, essa possibilidade é um tanto que refutável.

Capítulo 3 - AS ANÁLISES DE CHIAVENATTO

Roberto Mauro da Silva Fernandes

3.1 EM BUSCA DA VERDADE

A Guerra do Paraguai foi um evento que marcou a história do continente sul-americano, ensejando inúmeras teorias sobre as possíveis causas desse conflito, e proporcionando inúmeros debates sobre o tema, que ainda possui diversas lacunas. Nos últimos cinquenta anos foram perenizadas visões não muito coerentes sobre o conflito, heróis e vilões foram criados, gerações inteiras do ensino fundamental, médio e superior foram contempladas com análises de cunho conspiratório, não-idôneas em vários momentos, que contribuíram para a formação de conceitos que no decorrer desses anos foram pautadas pelo sincretismo entre fatos históricos e ideologias que buscavam

pseudo-justificativas para o desencadeamento de um dos processos bélicos mais sangrentos da história da América do Sul.

Pretendemos agora, analisar alguns pontos sobre o conflito platino a partir do livro “*Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*” do jornalista Júlio José Chiavenatto, obra que marcou e marca (no Brasil muitos livros didáticos, por exemplo, ainda se encontram como a versão de Chiavenatto) toda uma geração. Esta obra é produto do revisionismo histórico que surge a partir da década de 1950, no contexto de fenômenos mundiais essenciais como o fortalecimento do movimento de libertação nacional na Ásia e na África; das revoluções argelina, vietnamita e cubana; do fim da hegemonia stalinista nas ciências sociais marxistas; das jornadas mundiais de 1968, etc. Corrente que procurou superar as narrativas patrióticas das classes dominantes nacionais sobre o conflito sul-americano, e que possuía a visão das classes subalternizadas, a fim de construir uma ótica mais unitária sobre a Guerra do Paraguai (MAESTRI, 2008, p.06).

A escolha da obra é em virtude da repercussão que tivera no Brasil e em toda América do Sul, e porque a partir da mesma, inúmeros trabalhos surgiram convergindo ou desmistificando o que fora defendido por Chiavenatto. Segundo Maestri (2008), ao mesmo tempo havia uma linguagem jornalística erudita, sem notas de rodapé, que facilitava o enorme acolhimento ao público (determinado, sobretudo, pelo momento da publicação) e uma condição de feiúra ao trabalho, quanto à forma, linguagem e conteúdo.

Chiavenatto (1979), já nas páginas iniciais do prefácio da edição de 1979 diz “este livro não é um livro de história. O autor não é um historiador”, e no final, nas duas últimas linhas, enfatiza que se tratava de “um livro para ser lido como se ele fosse uma reportagem, escrita com paixão” (CHIAVENATTO, 1979, p.13/14).

A nossa intenção é contrapor algumas das “apaixonantes assertivas” desse autor, estas que criaram contradições grosseiras a cerca do que realmente aconteceu, condicionando concepções teleológicas para as causas do conflito, destituindo de caráter científico e de racionalidade as suas teses à respeito da Guerra do Paraguai.

3.2 UMA BREVE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

Segundo Chiavenatto (1979) as pretensões econômicas da Inglaterra, na intenção de manter seu *status quo* de nação imperialista que comandava as ações na Bacia Platina, levaram Brasil e Argentina a fazer uma guerra contra o Paraguai (para inseri-lo no sistema global inglês de comércio) já que esses países eram sustentados pela “metrópole-mãe” britânica, sendo assim, era necessário defender os interesses da mesma (CHIAVENATTO, 1979, p.67).

Chiavenatto (1979, p.37) afirmava que o Estado paraguaio a partir de 1850 começou a desenvolver uma forte economia autônoma, fato que incomodava não somente a Inglaterra, mas as principais potências regionais (Brasil e Argentina), que para manter o equilíbrio de forças no Cone Sul possuíam um plano para destruí-lo. Este autor na sua famosa obra ressalta que somente ao Brasil, por exemplo, foram feitos vultosos empréstimos com o objetivo de armar o país para destruir o Paraguai, que ao final da guerra em 1870, devia mais de 30 milhões de libras aos banqueiros ingleses (CHIAVENATTO, 1979, p.82/83).

Com a questão de desenvolvimento autônomo, Chiavenatto defende o fato de o Paraguai desenvolver uma economia com recursos próprios, sem o auxílio de importações de tecnologia. Tese que Doratioto (2002) refuta, visto que a rápida modernização do país se dá com capitais estrangeiros, através da compra de produtos importados, principalmente porque efetuava seus pagamentos à vista (com ouro). Já em 1854, no governo de Carlos López, seu filho Francisco Solano Lopez foi enviado a Europa para manter vínculos comerciais com empresas britânicas, um dos acordos com a empresa Blyth & Co, por exemplo, permitiu ao Paraguai a compra de armamentos e o treinamento de jovens soldados (DORATIOTO, 2002 *apud* VIDIGAL, 2002, p.198/199).

Bandeira (1985, p.80) ainda ressalta que após a morte de Francia, Carlos López com a intenção de abrir a economia paraguaia ao mundo, procura contato direto com países da Europa e com Estados Unidos, trazendo técnicos de diversas áreas, médicos, engenheiros para ajudarem no desenvolvimento interno do país. Sendo assim, é quase impossível o país desenvolver-se por si próprio, sendo basicamente produtor e exportador de

produtos primários, sobretudo, porque já em 1830 sua economia começava a apresentar sinais de estagnação (BANDEIRA, 1985, p.80/81).

Esses dois autores, levando em consideração o viés econômico, colocam abaixo a tese de que o Paraguai da primeira para a segunda metade do século XIX estava se tornando uma potência industrial autônoma que ameaçava o sistema comercial Inglês na América do Sul. Mas, para Chiavenatto:

O Paraguai, porém, não seria um simples exportador de matéria-prima e mero consumidor de produtos industrializados. O Paraguai tinha um parque industrial em desenvolvimento; já demonstrava ao tempo da crise de algodão, a sua capacidade de produção industrial. A longo prazo, sua ameaça era mais temida dentro dos princípios alimentados pelas contradições do imperialismo inglês, do que poderia acontecer a curto prazo com seu fortalecimento (CHIAVENATTO, 1979, p.81).

Essa afirmação encontra-se um pouco infundada, ao se analisar Bandeira (1985) verifica-se que em 1858 as exportações paraguaias chegaram a 1.226.324 milhões de dólares, ou seja, 245.264 libras, sendo que quase 50% desse valor resumia-se a exportação de erva-mate, em 1860 (quatro anos antes da guerra) o país exportaria 4,5 milhões de libras do mesmo produto, assim como o tabaco, que no mesmo período anterior ao conflito multiplicaria a receita do país, fase em que o Paraguai exportou mais de três milhões de libras de tabaco em folha e seis milhões de charutos (BANDEIRA, 1985, p.82).

Nota-se que o Estado paraguaio tinha forte propensão para a venda de produtos primários. Ainda de acordo com Bandeira (1985), o tabaco e a erva-mate, principais fontes de receita do país, em 1864 já não sustentavam mais a possibilidade do Paraguai engendrar seu desenvolvimento industrial mediante a compra de tecnologia estrangeira com a venda desses produtos primários, devido, principalmente, a saturação do mercado para os mesmos produtos, mercado que se resumia a Bacia Platina.

Seguindo o viés econômico e as possibilidades do Paraguai (com uma economia agrária) desestabilizar o comércio inglês, ameaçando os britânicos com uma potencialidade autônoma para bens manufaturados, levando-os assim a patrocinar Brasil, Argentina e Uruguai para destruir o país guarani. Segundo Leslie Bethell antes de 1850 o Paraguai era visto pelo governo da Grã-Bretanha e pela grande maioria dos cidadãos britânicos como um país retrógrado, isolado e longínquo, do qual se sabia muito pouco e pelo qual se

tinha apenas interesse secundário, o que manteve o comércio entre o Paraguai e a Grã-Bretanha insignificante durante todo o período (BETHELL, 1995, p.276).

Foi somente em meados da década de 50, depois que a Confederação da Argentina finalmente reconheceu o Paraguai e concedeu-lhe o direito de livre navegação pelo Paraná, e depois da assinatura de um tratado anglo-paraguaio de comércio e navegação, em março de 1853, é que os ingleses:

[...] começaram a participar da economia paraguaia, muito embora nenhum dos principais produtos de exportação do Paraguai (erva-mate e tabaco) tenha sido enviado para a Grã-Bretanha em quantidade que se pudesse considerar significativa (BETHELL, 1995, p.276/277).

A erva-mate e o tabaco paraguaio, ressalta Bethell, não eram de muito interesse aos ingleses. O que interessava para os ingleses era a livre navegação nos rios da Bacia do Prata, e que resultou em ações diretas por parte dos Britânicos, e também de franceses, tais como a manobra naval conjunta franco-britânica de 1845/47, ação que objetivou anular as pretensões de Rosas em transformar os rios do Prata em rios exclusivos da Confederação Argentina (ZUGAIB, 2006, p.83). Esse exemplo demonstra que as intervenções inglesas no Prata eram realizadas diretamente, sem o intermédio de ninguém.

Outra questão interessante, gira em torno do comércio do algodão, segundo Chiavenatto (1979, p.80-81) para alguns técnicos paraguaios o algodão do país seria superior ao norte-americano e o Paraguai poderia produzi-lo em grande escala, e como a Inglaterra a partir da criação da máquina a vapor aumentara sua produção, cada vez mais necessitava de novos mercados. Assim, afirmou ele, que o Paraguai seria conquistado como novo mercado tradicional para se obter a matéria-prima, pensamento até plausível em virtude da guerra de Secessão norte-americana que desestabilizou o sistema produtivo do sul dos EUA exportador de algodão.

Mas, a Inglaterra na realidade já havia encontrado alternativas para importar o algodão às suas indústrias têxteis antes mesmo da Guerra do Paraguai, as Índias Ocidentais, o Egito e o Brasil seriam os mercados que solucionariam o problema inglês (BETHELL, 1995, p.280). Assim, se havia alguma nação interessada em destruir um concorrente, não era a Grã-Bretanha, mas sim o Brasil, pois com a Guerra da Secessão, o mercado

brasileiro de exportação de algodão se expandiu, passando a ocupar o terceiro lugar entre os países exportadores com suas vendas para a Inglaterra (BANDEIRA, 1985, p.133).

Devemos também ressaltar que no ano de 1863 estavam em andamento negociações entre os governos do Paraguai e da Grã-Bretanha para que esta adquirisse o algodão do primeiro. Em nota de 6 de maio de 1863, o governo paraguaio entra em contato com seus agentes em Londres, informando-os que estaria mandando o produto como amostra das primeiras colheitas de alguns departamentos para os ingleses conhecerem o algodão do país, fazendo recomendações específicas aos Rothschilds:

Em nota de 6 de mayo del gobierno paraguayo (departamento de guerra) a sus agentes em Londres, los señores Juan y Alfredo Blyth, que tantos y tan buenos servicios prestaron al Paraguay, se les decía lo siguiente:- El señor Egusquiza (agente em Buenos Aires) tiene orden de enviales 1.500 libras de algodón limpio para ese mercado, como muestra de La primera cosecha de algunos departamentos. Si El Baron (aludía a Rothschild) quisiera tomar algún interés em este artículo, no dudo que lo hará conocer ventajosamente (ACOSTA, 1948, p.23).

Dessa forma, que motivos a Inglaterra teria para tentar destruir o Paraguai, capitaneando um conflito contra esta nação em consequência de suas terras cultiváveis de algodão, se o governo paraguaio já estava entrando em contato com esse país sete meses antes da guerra da Tríplice Aliança ser iniciada? E ainda por cima, no mesmo período em que a Guerra de Secessão norte-americana estava acontecendo? É um pouco arriscado considerar a afirmação de Chiavenatto de que havia interesse dos britânicos em se apossar das terras férteis paraguaias pelo viés militar.

Outra questão que corrobora com a descrença de um plano contra o Paraguai está no fato dos processos econômicos encontrarem-se extremamente ligados aos projetos militares. Para cada fase de ascensão da economia mundial existe uma grande guerra correspondente, como também, há um aumento de preços no início da fase de ascensão precedendo-a. Esta última acaba potencializando este processo, gerando por fim, uma onda inflacionária ainda maior.

Abrindo espaço assim para a disputa da Hegemonia mundial, que envolvem a periodicidade das flutuações do capital industrial (os “ciclos longos” de 50-60 anos) e que também pode ser aplicada na economia latino-

americana, ligada e dependente do capitalismo internacional (PASTORE, 2007, p.154).

Para Pastore (2007) os conceitos de guerra são divididos em dois grupos típicos: um de guerras na fase de ascensão econômica mundial (fase A), denominadas de guerras de pico (ou cume) e associadas às lutas de grandes países e potências, outro grupo refere-se às guerras de baixas na economia mundial (fase B), caracterizadas como conflitos de baixa intensidade ou de curta duração, que são menos custosas e que contribuem para a saída da depressão (PASTORE, 2007, p. 118).

Ao analisar os conflitos na América Latina e relacioná-los aos ciclos econômicos Pastore (2007) chega à seguinte conclusão:

Depois da comparação dos períodos com as fases Kondratieff apenas um conflito pode ser enquadrado como de fase A (Independência do Haiti), sendo que dois, estão parcialmente, uma vez que, embora eles tenham início na fase A, passam a maior parte na fase B (Independência do México e da Venezuela), e os outros quatro são tipicamente de fase B (PASTORE, 2007, p.126).

Dessa forma, podemos observar que a Guerra do Paraguai não está inclusa na relação dos grandes conflitos das Américas, não influenciando no andamento dos processos sistêmicos da economia mundial, observação que a priori nos leva a pensar que a Inglaterra (detentora da hegemonia mundial em meados do século XIX) não tinha porque destruir uma nação e sua economia, se a mesma não possuía tanta importância no cenário regional e, muito mesmo, no contexto mundial.

A Guerra do Paraguai, foi iniciada no final de um período de alta da economia mundial, desenrolou-se num período de baixa (1864 a 1870), assim podemos pensar que os ingleses poderiam utilizar esse conflito para desafogar seus problemas econômicos, já que os conflitos de baixa intensidade possuem essa função. Mas, como Bethell (1995, p.273) evidenciou: “Durante a metade do século XIX que vai das independências a Guerra do Paraguai, o interesse britânico na América Latina era quase que exclusivamente comercial.”

Assim, deduz-se que numa fase de declínio da economia do mundo, os ingleses intensificariam as suas ações de nível comercial, já que esse sempre foi o seu objetivo. Logicamente que intervenções militares por parte da Grã-Bretanha também foram comuns, mas não ao ponto de oportunizar a destruição de seus próprios mercados consumidores e dar chance aos seus

concorrentes que poderiam se aproveitar do contexto de guerra para tentar desbancar a sua hegemonia na região, que era o caso do próprio império do Brasil, que na deflagração do conflito estava com relações diplomáticas cortadas, e o caso dos Estados Unidos, que como já vimos teve intensa participação na Guerra do Paraguai, ora incitando-a ora realizando a venda de produtos bélicos para os participantes

Porque correlacionar a tese de Fortunato Pastore ao conflito que envolveu o Paraguai? Porque Chiavenatto defende o fato do Paraguai despontar como economia “ameaçadora” as pretensões inglesas no continente sul-americano, o que parece não ser verdade. Assim, o Estado paraguaio não foi alvo de plano britânico.

Devemos também fazer uma observação ao discurso engendrado por Chiavenatto (1979) de que:

Francisco Solano López vai fazer a guerra sem entender a verdadeira natureza das suas origens: para ele, ela se prende a tratados não cumpridos, questões de limites e reivindicações territoriais, etc. [...] As afirmações de que Francisco Solano López pretendia agredir seus vizinhos, mostram-se descabidas na simples análises do exército paraguaio: o presidente do Paraguai estava formando, rapidamente a partir de 1864 como exigiam as circunstâncias, uma força militar nitidamente defensiva (CHIAVENATTO, 1979, p.110).

Essa retórica defende a existência de certa “inocência” do presidente paraguaio acerca dos acontecimentos geopolíticos que se desenvolviam na Bacia Platina. Segundo Bandeira (1985):

Solano López acreditou-se, assim, habilíssimo diplomata, além de notável general, e, em face das exigências reais de expansão do Paraguai, ele passou a reivindicar a posição de árbitro entre os países da Bacia do Prata (BANDEIRA, 1985, p.122).

López em 1864, numa carta ao seu agente comercial em Buenos Aires, Felix Egusquiza, manifestou-se da seguinte forma:

Todo o país se vai militarizando e creia você que nos colocaremos em estado de fazer ouvir a voz do governo paraguaio nos sucessos que se desenvolvem no Rio da Prata e talvez cheguemos a tirar o véu da política sombria e encapotada do Brasil (LÓPEZ, 1864 *apud* BANDEIRA, 1985, p.122).

Dessa forma, o presidente paraguaio estava com nítidas intenções de intervir em assuntos que envolviam o ambiente platino, e isso significava tentar quebrar a estrutura de poder que o Brasil criara e exercia em relação a Bacia do Prata, esse enfrentamento não ficaria somente no campo diplomático. Podemos também observar que Solano López não possuía, como Chiavenatto

afirmara, um poder militar para fins defensivos. Bandeira (1985) ainda enfatiza que:

López estava turvado pela idéia de se fazer ouvir e cria que somente pelo feito das armas, segundo revelou ao ministro norte-americano Charles Washburn, o Paraguai poderia obter respeito e atenção (BANDEIRA, 1985, p. 123).

Como as nações preparam-se belicamente em períodos de ascensão econômica, e os anos que antecederam a Guerra do Paraguai foram caracterizados pela alta na economia mundial, o Estado Paraguai não fugia a essa regra. Desde os tempos de Carlos Lopez a compra de armas no exterior e a especialização dos militares paraguaios comumente vinham sendo realizadas, como também, no governo de Solano López houvera a intensificação dessas atividades a partir de suas relações com os Estados Unidos antes e durante o conflito.

A preparação militar paraguaia e as pretensões de López, diga-se de passagem, também contribuíram para a destruição do plano econômico que agravou o quadro social do Estado Paraguaio. Apesar de sua relativa força militar, “o Paraguai não dispunha dos elementos que poderiam certificar-lhe, nos limites do previsível, o triunfo contra o Brasil” (BANDEIRA, 1985, p.123).

Assim não podemos culpar somente os sujeitos externos que atuavam na Bacia Platina. Paraguai, Brasil, Argentina, Uruguai, Grã-Bretanha, Estados Unidos, todos almejavam algo nesse cenário. Alguns discursos sobre a opressão ao Paraguai tentam esconder as particularidades históricas e as rivalidades existentes entre os países platinos e os sujeitos externos que também contribuíram para o desencadeamento da Guerra do Paraguai e, sobretudo, tentam omitir as pretensões do próprio presidente paraguaio.

Tais discursos como, por exemplo, os de Chiavenatto, de que o conflito foi resultado de interesses perversos e sem escrúpulo de “malvados” contra o Paraguai. Discursos que tentam, de alguma forma, arranjar explicações para determinados problemas que esse país atualmente passa e que, supostamente, tiveram início depois da derrota paraguaia no conflito Platino. Retóricas demasiadamente ideológicas, que não levam em consideração os eventos anteriores e posteriores circunscritos a história da Bacia Platina e de toda América do Sul.

Mas, mediante ao que foi apresentado, podemos afirmar que o Paraguai não representava uma ameaça econômica à Inglaterra, como também, não se apresentava como uma grande potência econômica que, num plano futuro, ameaçaria o domínio britânico na América do Sul, ao ponto dos mesmos capitanearem um conflito para destruir o Estado paraguaio.

Assim, um conflito “patrocinado” pela Inglaterra num período de baixa na economia mundial (1864 a 1896) é quase improvável, não há evidências na história do mundo, a partir do início do século XIX, de atividades bélicas de grandes proporções nesses períodos. O conflito de grandes proporções ocorre somente quando uma nação de acentuado poderio econômico, político e militar quer atuar hegemonicamente em um determinado contexto, e para isso precisa desbancar outras do mesmo porte, o que não era o caso do Paraguai de Solano López.

Vamos novamente enfatizar, se a Inglaterra quisesse promover uma ação armada contra o Paraguai, faria de uma forma direta, como fizera na chamada Questão Oriental de 1845/47 reivindicando a livre navegação do rio do Prata e como acontecera em relação ao Brasil, com ações militares em águas brasileiras. Aparentemente não havia porque agir “às escondidas” em relação ao Paraguai, como supostamente alguns autores sugerem.

Assim, foram analisadas algumas questões que surgem como contestatórias as idéias de Júlio José Chiavenatto, análises que são oriundas de estudos científicos elaborados nos últimos trinta anos, e que contribuem para se questionar algumas “verdades supremas” lançadas por esse autor. Sabemos que não existe uma verdade absoluta, mas é de extrema importância que não nos rendamos a análises que distorcem a história.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Constatamos que a Guerra do Paraguai enquadra-se como um conflito de fase B, que geralmente ocorre em períodos de baixa da economia mundial,

e que numa escala global não proporcionou um grande impacto na ordem econômica. Assim, seria um pouco equivocada a análise de que o Paraguai incomodava economicamente a Grã-Bretanha, ameaçando o seu status de nação que controlava as ações políticas e econômicas na Bacia Platina e que por esse motivo fora destruído pelo governo britânico por meio de um conflito.

O conflito foi resultado das conjunturas econômicas do século XIX, definidas por mudanças hegemônicas nas esferas regional e mundial, dessa forma, a Guerra do Paraguai foi uma das materializações que são inerentes as relações entre os Estados numa determinada Ordem Internacional, no caso daquela, que definiu, ou que estava definindo, a troca da liderança regional, mais tarde global, da Grã-Bretanha para os Estados Unidos.

O Conflito que se desenrolou na Bacia Platina foi explorado pelas pretensões políticas e econômicas do governo norte-americano, que vislumbrava o domínio regional e a suplantação da influência Britânica, e/ou de qualquer outra nação européia que estivesse atuando no contexto sul-americano. Objetivos que foram perseguidos pelos Estados Unidos de forma tenaz e eficiente, visto que antes da primeira guerra mundial já se encontravam na situação de grande potência mundial.

A América do sul, como mercado consumidor e exportador de matéria-prima estava no campo de influências e dos desejos das principais potências da época, e com instabilidades políticas oriundas dos tempos das emancipações de suas nações (recalcitrâncias internas que, diga-se de passagem, são conseqüências da própria política das nações européias que colonizaram e deram as bases para as subseqüentes instituições, que entre outras coisas, definiram as bases do poder em cada Estado do continente sul-americano e, subseqüentemente, de suas relações), ensejando brechas para as disputas dos sujeitos externos em esferas de maiores proporções, e como vimos, por todo século XIX norte-americanos, Britânicos, franceses, sempre estiveram em busca da melhores “fatias” do continente.

Disputas que posteriormente penderam para o sucesso dos Estados Unidos da América a partir da segunda metade do século XIX e por todo século XX, principalmente, pela proximidade as nações Latinas e em conseqüência da sua política agressiva de “Destino Manifesto” sob um continente que nasceu em meio a conflitos sangrentos.

Assim, para os norte-americanos era viável a Guerra do Paraguai e qualquer outro conflito nesse continente, que gerasse margem para que os envolvidos se utilizassem de sua indústria armamentista, esta que estava em plena ascensão e que detinha na época do conflito platino uma tecnologia industrial bélica que permitia o reequipamento das tropas em curto período de tempo, sendo um grande atrativo para os principais protagonistas do evento.

Mas, além vender os equipamentos para os participantes do conflito, a Guerra do Paraguai se tornou um grande ensejo para que o governo norte-americano, e alguns setores ligados ao mesmo, engendrassem ações que estavam na pauta de suas pretensões políticas na Bacia Platina e no continente sul-americano como um todo.

Vimos que a participação norte-americana não se deu somente na venda de armas, o governo e alguns setores a ele ligados foram atuantes no desenrolar dos acontecimentos, principalmente em favor de Solano López. Mas, ressaltamos que não foram os causadores da guerra, simplesmente, aproveitaram-se da conjuntura, pois a mesma se enquadrava perfeitamente no contexto de sua política de fronteira que estava relacionada a expansão de sua influência política e econômica iniciada no início do século XIX.

A nossa retórica, não tem nada haver com o fato de afirmarmos que os Estados Unidos são os culpados pela destruição do Paraguai. As ações do governo norte-americano foram conseqüência da sua estrutura de poder com capacidade de ação para alterar o equilíbrio do sistema na Bacia Platina.

Atentamos também ao fato de que numa Ordem Internacional, os Estados raramente existem isoladamente, assim ocorrera uma interação dos interesses norte-americanos com as pretensões de cada Estado platino em seu ambiente doméstico, extremamente conflituoso. Dessa forma, o choque de interesses entre esses Estados foi inevitável.

De um lado, encontrava-se o governo Imperial brasileiro com uma política externa definida, com suas instituições consolidadas, com projetos mais do que elaborados para Bacia Platina, de outro uma Argentina ainda fragmentada, com disputas internas entre aqueles que defendiam a unidade em detrimento dos confederalistas de Buenos Aires.

Existia também um Paraguai, que há pouco saía do seu estado insular, militarmente forte, mas com políticas indefinidas, reivindicando um “equilíbrio

de poder” que aquele governo de Solano López não podia sustentar. Havia um Uruguai imensamente “bulinado” pelos governos da Inglaterra, França, Brasil, Argentina, que naquele momento somente o condicionava a dizer “sim senhor”. E numa trajetória ascendente vinha o Estado norte-americano, com políticas definidas no campo econômico e militar, sem tensões no seu ambiente doméstico e pronto para redefinir as bases do poder nas Américas.

Assim, com distinções ou não, que caracterizavam com “virtudes” e com “falhas” cada um dos Estados platinos, todos, enfatizo, todos, estavam nos planos do governo norte-americano, sejam eles na esfera militar, econômica e política, como também, encontravam-se no caminho dos mecanismos “hobbesianos” desse governo, ou seja, das ações externas que visavam o enfraquecimento, senão mesmo a destruição e a posse dos Estados que compunham a Bacia Platina. Se o governo brasileiro possuía políticas definidas para a América do Sul, o governo norte-americano há muito tempo havia planejado e estava realizando as suas territorializações na América Latina.

Por outro lado, não se pode negar que a Grã-Bretanha estava diretamente envolvida nas questões internas da Bacia Platina, a mesma possuía estreitas relações comerciais, políticas e de “amizade” com as nações dessa região. Mas, afirmar que a mesma foi a responsável pelo conflito, armando o Brasil, é um pouco forçoso, ainda mais quando existem explícitas evidências de que a relações entre essas duas nações sempre estiveram impregnadas de contradições e de segundas intenções desde o processo que levou o governo britânico a reconhecer a independência do Brasil.

Relação entre o Império brasileiro e Grã-Bretanha que se agravou a partir de 1863, encaminhando as duas nações para o rompimento de relações diplomáticas por praticamente dois anos, somente vindo a se reaproximarem após o início da Guerra do Paraguai.

Dessa forma, tentamos também demonstrar a partir alguns indícios que o governo Imperial do Brasil possuía um projeto de autonomia incompatível as pretensões econômicas britânicas na Bacia Platina, e que a partir da década de quarenta do século XIX começou a ser aplicado, recebendo enclaves providenciais do governo da Grã-Bretanha.

Queremos deixar bem claro que a discussão envolvendo as relações entre os governos brasileiro e britânico tem como objetivo demonstrar algumas

das divergências entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha, pois são de extrema importância nas questões que envolvem a participação dos dois Estados na Guerra do Paraguai.

Não pretendemos, de forma alguma, fazer uma defesa de um ou outro sobre a participação das duas nações no conflito platino, mas, o que não pode ocorrer é o ocultamento dessa página existente nas relações econômicas e diplomáticas de Brasil e Grã-Bretanha, visto a importância que a temática possui para a história da Guerra do Paraguai, da América do Sul, para o Estado paraguaio, o mais prejudicado com o conflito e, sobretudo, para os atuais esforços que se realizam a fim de aproximar os Estados e, principalmente, os povos sul-americanos.

Uma conjuntura “amiga – inimiga” existiu entre os Impérios do Brasil e Grã-Bretanha durante o século XIX e que essa discussão para se mitigar algumas retóricas hodiernas que ainda insistem em dar culpabilidade aos Britânicos pelo conflito que se deu na Bacia Platina e que destruiu o sistema produtivo e político do Paraguai naquele momento do século XIX, vindo a influenciar suas estruturas mais recentes, e que de alguma forma foi preponderante na definição das políticas posteriores inerentes ao Estado paraguaio.

Todavia, existe um grande distanciamento entre a posterior dinâmica interna do Paraguai em consequência do conflito com a suposta culpa da Grã-Bretanha em relação à alteração das bases estruturais dessa nação. Assim, a Grã-Bretanha não pode ser considerada a culpada pela deflagração da Guerra do Paraguai, como mero desejo que favoreceria seus interesses na Bacia do Prata e, muito menos, é a responsável pelos problemas posteriores relativos ao Estado paraguaio.

Em relação ao discurso engendrado por José Chiavenatto, as suas análises um tanto quanto que equivocadas, e que influenciou grupos, partidos, classes sociais na luta contra o “imperialismo”, de certa forma, tentou esconder o fato de que o conflito desencadeou-se em consequência das disputas internas dos participantes (apesar de todas as pressões externas que existiam na Bacia do Prata durante aquele período do século XIX).

Os antagonismos estiveram tão presentes que, proporcionaram a criação de mecanismos por parte do governo norte- americano, na tentativa de

mudar a “Ordem” regional daquele momento a seu favor, levando-os a se “embrenhar” nas disputas dos Estados platinos.

Assim, novamente ressaltamos, que esta pequena discussão venha a ajudar a derrubar suposições levianas, como as criadas pelo jornalista Júlio José Chiavenatto no passado e que deram, e infelizmente ainda dão força ao arraigamento de discursos anacrônicos, que podem ser materializados de forma negativa no contexto em que atualmente vivemos no continente sul-americano, um momento de tentativas de aproximação entre os seus Estados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Relações Internacionais Contemporâneas: A ordem internacional da Guerra Fria**. 2.º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ACOSTA, J. F. P. **Industrias: Algodón y Yerba Mate**. Asunción - Paraguay: Editorial Guaranía, 1948. Disponível em:<

http://www.portalguarani.com/obras_autores_detalles.php?id_obras=13509>.
Acesso em 25 set. 2011.

AGUIRRE, Eliane. **Os Processos de Independência da América Latina**, Universidade de Passo Fundo, 2008. Disponível em: <<http://africanomundo.blogs.sapo.pt/4835.html>>. Acesso em 25 jan. 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: UNESP, 2006.

BANDEIRA, Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia Platina**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1985.

BETHELL, L. "O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai" In: **Estudos Avançados**. Vol.9, nº 24. São Paulo, maio/agosto, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141995000200014&script=sci_arttext>. Acesso em 04 set. 2010.

CARVALHO, E. L. **A paz no Chaco: como foi efetuada no campo de Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CASTRO, A. H. F. **Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai**, 2007. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Armamento%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2010, p. 9.

CASTRO, T. "Brasil y la Cuenca del Plata" In: DALLANEGRA PEDRAZA, Luis (Org.) **Los Países del Atlántico Sur. Geopolítica de la Cuenca del Plata**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1983 (b).

CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. 3º Ed. Brasília: UNB, 2008.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

CORTEZ, Joaquim Roberto Pinto. **Os Fundamentos da Maçonaria**. São Paulo: Madras, 2004.

EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW (EIR). **A Máfia verde: O ambientalismo a serviço do Governo Mundial**. Rio de Janeiro: EIR, 2002.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil In: **Coleção cientistas sociais - sociologia**. (Org.) IANNI, Octavio. São Paulo: Editora Ática, 1991.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “A Guerra do Paraguai e a atividade econômica no Rio de Janeiro no período de 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro” In: **Revista Heera**. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, jul./dez., 2007. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/heera/edicoes-anteriores/>>. Acesso em 04 fev. 2011.

LINO, Geraldo Luís; et al. **A hora das Hidrovias-Estradas para o Futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: CAPAX DEI, 2008.

MAESTRI, Mário. “A Guerra contra o Paraguai. História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica” In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 91, dezembro de 2008.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

PASTORE, Fortunato. **Soldados Nus: filhos do Acaso ou filhos da glória. Estratégia Militar e Economia na América Latina Independente; 1810-2000**. São Paulo (Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História), 2007.

POMER, L. **Os Conflitos da Bacia Platina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. **Geopolítica e o Futuro do Brasil- Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007.

REIS, Alfredo Teodoro. **O papel da ferrovia Santos-Iquique na integração da América Latina e no comércio com a Ásia**. São Paulo, 2007 (dissertação de mestrado em economia política).

STELLING, Webber. **Indústria Têxtil na Bahia – o apogeu no século XIX** . Tendências atuais, 2008. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/2308201122334843Artigo_10.pdf>. Acesso em 20 fev.. 2011.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Resenha de “Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai” de Francisco Doratioto In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, janeiro-junho, ano/vol.45, nº 01: Brasília, Brasil, pp.197-199, 2002.

Zugaib, Eliana. **A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil**. Brasília: Funag, 2006.

“1869 – Planos Ferroviários: PLANO MORAIS” In: **Centro-Oeste: Brasil**. Disponível em: < <http://doc.brazilia.jor.br/Trilhos-Planos-Ferrovirios/1869-Plano-Hidroviario-Morais.shtml?q=TrilhosPlan/1869morais.htm> >. Acesso em 31 out. 2011.

“Ofício de Cotegipe a Domingos José Gonçalves de Magalhães, ministro do Brasil em Washington”. Rio de Janeiro, 25.5.1869, legações imperiais na América, 267- 4 - I, AHI.

“Ofício n.º 16, de Rodrigo de Souza e Silva Pontes, Enviado Extraordinário Plenipotenciário junto ao governo provisório da Confederação Argentina”.
Arquivo Histórico do Itamarati.